



Índice

- 01** Lideranças indígenas são recebidas por ministro da Justiça
- 02** A copa é espaço da política
- 03** Ministro da Justiça recebe hoje, às 15h, Mobilização Nacional Indígena para tratar de demarcação de terras
- 04** Na pauta de reivindicações, havia questões polêmicas como a demarcação de terras, que permanecem sem resposta conclusiva
- 05** CE – Carta de Apoio ao Acampamento Zé Maria do Tomé na 2ª etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi
- 06** MPF defende respeito a comunidades tradicionais em regularização fundiária no oeste do Pará
- 07** Sônia Guajajara: Quem está subvertendo a ordem é o próprio Congresso, em um plano de extermínio dos povos indígenas
- 08** Doutor em Ecologia faz alerta sobre agravamento das mudanças climáticas
- 09** Ato Comemorativo pela saída dos fazendeiros da Terra Indígena Yanomami (TIY) da região do Ajarani
- 10** MS – II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, de 04 a 07/08
- 11** PI – Famílias atingidas pela mineração em Curral Novo clamam por justiça



- 12 Projeto do MT debate comércio de castanha e látex
- 13 AMÉRICA/MÉXICO - Crianças e adolescentes indígenas obrigados a deixar a escola para trabalhar ou se casar
- 14 Vitória da Conquista participa de seminário sobre Educação Escolar Quilombola
- 15 Deputados do PSOL e povos indígenas pedem arquivamento de propostas ruins às etnias
- 16 Oficinas estimulam discussões sobre a higiene na ordenha para qualidade do leite entre ribeirinhos
- 17 Mais combustível na luta em Belo Monte, por Claret Fernandes*
- 18 URGENTE - "Muitos fazendeiros vão morrer": Indígenas declaram guerra aos produtores rurais
- 19 Mulheres quilombolas buscam autonomia com apoio do Estado
- 20 Situação dos jovens e adolescentes índios da Amazônia Legal será debatida na CDH
- 21 Eufemismo para negação ou retirada de direitos
- 22 Família espera por Justiça e se orgulha de índio morto em confronto
- 23 Situação dos jovens e adolescentes índios da Amazônia Legal será debatida na CDH
- 24 Agricultores pedem mais tempo para discutir proposta de redução de terras demarcadas no Norte gaúcho
- 25 Novo Gavião? Time indígena chega a Santarém e sonha com Parazão
- 26 Mais Médicos leva profissionais para terras indígenas Expansão



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

-
- 27** [Atos na Capital e em Sidrolândia marcam 1 ano da morte de terena](#)
 - 28** [Antropólogo faz balanço da situação da política indigenista do Brasil nos dias atuais](#)
 - 29** [Patrulha mecanizada para Reserva Indígena é anunciada por Geraldo Resende](#)
 - 30** [Reunião de índios com ministro da Justiça fracassa em Brasília](#)



Lideranças indígenas são recebidas por ministro da Justiça

SÍTIO CIMI, 29.05.2014

Depois de algumas horas de impasse, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, resolveu ceder e receber uma comissão de 18 representantes indígenas de todo o país. Um quilombola também integra a comissão.

Pouco antes, cinco índios acorrentaram-se ao mastro da bandeira do Brasil, em frente ao Ministério da Justiça, e arriaram o pavilhão nacional a meio mastro para simbolizar o assassinato de várias lideranças indígenas nos últimos anos e o desprezo do governo pelos direitos indígenas.

“Estamos aqui desde as 8 da manhã. O que é receber 20 lideranças, pra 600 que estão aqui? Não tem espaço, não tem cadeira. Não importa, a gente senta no chão! O que a gente quer é a garantia dos nossos territórios. E aqui estão os parentes, com esse ato, acorrentados, mostrando que sem a nossa terra é assim que nós ficamos. Acorrentados. Presos. E viemos aqui simplesmente exigir o direito dos povos indígenas”, discursou Sonia Guajajara, da diretoria da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB).

Desde as primeiras horas da manhã de hoje (29/5), os cerca de 500 índios que integram a Mobilização Nacional Indígena fecharam as entradas do ministério da Justiça, em Brasília, e também ocuparam algumas faixas do Eixo Monumental, em frente ao prédio, via do centro da cidade.

Nesta reunião, a comitiva fará a entrega de uma carta (leia aqui) com suas reivindicações ao Ministro. Nela, os indígenas exigem que José Eduardo Cardozo dê sequência às demarcações de Terras Indígenas em todo país e archive de vez sua proposta de alterar o procedimento de demarcação – o qual, na prática, pode paralisar definitivamente as demarcações.

São 37 os processos de demarcação nas mãos de Cardozo; veja aqui a lista. Sem pendências, eles aguardam apenas a assinatura das portarias declaratórias que reconhecem a posse permanente das comunidades indígenas sobre seus territórios.

Um grupo de cerca de 300 quilombolas juntou-se aos indígenas e protesta contra a Proposta de Emenda Constitucional 215, que pretende atribuir ao Congresso a competência de reconhecer de Terras Indígenas, Unidades de Conservação e territórios remanescentes de quilombo. Até agora, o movimento é pacífico. Dentro do Ministério há um batalhão da Força Nacional de Segurança desde o início da manhã.



A copa é espaço da política

SÍTIO CIMI, 29.05.2014

De repente, como se fosse uma surpreendente novidade, os jornalistas brasileiros abrem manchetes nos jornais, informando à população de que “índios disparam flechas em protesto na capital federal”. Como sempre acontece, desde há 500 anos, os povos indígenas, quando “no seu lugar”, ou seja, bem quietinhos, nas reservas definidas para eles, ou chorando pitangas, são alvo de comiserção. E, quando muito, no 19 de abril, pode-se falar deles, no passado, como se fossem uma etapa já superada da integração nacional. Mas, basta que se levantem em luta pela demarcação de suas terras, ou contra os sucessivos golpes que o agronegócio vem dando na tentativa de se apossar das terras ricas, para que as forças de manutenção do “estado das coisas” iniciem suas cruzadas contra o que consideram “atraso”. Os índios são atraso, sempre.

As vozes que se expressam nos jornais e TVs questionam a necessidade de tanta terra demarcada para tão pouco índio. São cerca de 896 mil no Brasil de hoje. A considerar que a nação tem 180 milhões de almas, esses 896 mil seriam como uma ferida, dessas, que não sara, “incomodando” a vertiginosa saga do progresso. Há um desejo muito claro dos latifundiários e mineradores em se apropriar das largas extensões de terra indígena, ainda protegidas, que guardam riquezas sem fim, seja no que diz respeito a mananciais de água ou minérios. Daí a necessidade de inocular na opinião pública a ideia de que eles são o atraso. Melhor seria que se “integrassem” à sociedade brasileira, acabando de vez com essa “incomodação” que é a necessidade de demarcar territórios para que eles vivam “isolados”. E não bastasse toda a campanha contra o direito de os indígenas terem sua terra, ainda os condenam por querer permanecer na “pré-história”, que é como definem o direito de terem sua própria cultura.

Não é sem razão que a opinião pública vai sendo bombardeada com a “insensatez” dos indígenas em quererem mais terra para viver. Afinal, já não têm as reservas? Que mais querem? Os meios de comunicação não informam que desde 2012 a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou a Emenda Constitucional 215 – que ainda tramita no Congresso – um tremendo retrocesso legal articulado pelas bancadas dos ruralistas e dos evangélicos. Com essa emenda fica na mão dos deputados a decisão sobre a titulação das terras não só dos indígenas, mas também dos quilombolas. Ora, essas bancadas são as representações do capital internacional concretizados em empresas como a Monsanto, Bayer, Syngenta, Cargill e outras, todas ligadas ao agronegócio, que vem abrindo novas fronteiras agrícolas em estados como o Mato Grosso do Sul e Amazônia, espaços onde ainda têm muito índio. Daí a necessidade de ter o controle das demarcações. E é contra isso que os povos indígenas estão em luta.

A velha batalha por demarcação, que ainda precisa ser feita, é o que levou os indígenas à Brasília nesse 27 de maio. Porque os governos de Lula e Dilma Rousseff foram os que menos homologações de terra fizeram desde o primeiro governo civil, na década de 80. Dilma realizou

CONT.



apenas 7 homologações, embora existam hoje 339 terras indígenas já identificadas sem que qualquer providência tenha sido tomada. Isso sem falar das outras 293 áreas em processo de estudo. Fica clara, portanto, a completa omissão do governo federal diante da tragédia vivida pelas famílias indígenas. Também no ano de 2012, conforme relatório do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) aumentaram os casos de conflitos e mortes envolvendo indígenas, fruto das invasões efetuadas por fazendeiros para a exploração ilegal de recursos naturais.

É com esse pano de fundo que as comunidades originárias se insurgem dentro do universo de prioridades do governo nesses tempos de Copa do Mundo. Eles sabem que o governo federal definiu, de forma célere, uma lei que dá superpoderes à FIFA e seus parceiros do campo empresarial. Ora, se há ligeireza para atender aos interesses das empresas transnacionais, por que não haveria para demarcar as terras que estão sendo esperadas há décadas? E foi essa luta que os indígenas foram travar nesse maio, em Brasília. Como havia uma manifestação marcada por sem-teto, sindicalistas e outros trabalhadores aglutinados no Comitê Popular da Copa DF, os indígenas se uniram ao coro de protestos.

É claro que a mídia comercial, ávida por factoides, haveria de dar destaque a uma flecha que foi parar na perna de um policial. Pouco importa saber que os policiais estavam fortemente armados, que jogaram gás, que irromperam com cavalos, visando impedir que os manifestantes chegassem ao Estádio Mané Garrincha, recentemente reformado para a Copa. A caminhada até lá, onde está erguida a Tenda da Copa do Mundo, visava justamente aproveitar a visita das pessoas à taça mundial, para um diálogo sobre as reais necessidades das gentes. Os indígenas tinham planejado fazer um ritual junto à taça mas, como os demais manifestantes, foram impedidos de chegar até o local.

As fotos nos jornais mostram os indígenas em atitudes “ameaçadoras”, com suas flechas de pau contra policiais fortemente armados e à cavalo. E no imaginário de quem vê, os “perigosos”, são, obviamente, os índios. Também fica óbvio que “essa gente”, incluindo aí os sem-casa, os sem-trabalho e os trabalhadores em luta, são pessoas sem um mínimo de “patriotismo”, uma vez que estão se insurgindo contra um evento que vai trazer tantos benefícios ao país.

A presidente Dilma, no Palácio do governo, conversava com empresários no momento do protesto. Suas declarações, pós conflito, são simplórias. “Não dá para usar a Copa para fazer política”, reclamou, como têm reclamado também os partidários do PT e outros apoiadores do governo. Ora, é kit básico da luta política, aproveitar momentos como esses para fazer política sim. É o momento perfeito para a grande política, aquela que pensa de forma totalizante os problemas estruturais do país, como é o caso da concentração da terra, seja no campo ou na cidade. Se não for agora, quando os movimentos poderão conseguir visibilidade? Não foram os trabalhadores que decidiram pelo megaevento. Mas, se ele aí está, com todas as suas mazelas presentes e futuras, essa é a hora perfeita para que as demandas das gentes aflorem e se expressem. Um governo com sensibilidade deveria saber disso e atuar em consequência. Se teve força para trazer a Copa do Mundo para o Brasil, há que ter condições de dialogar com os movimentos e discutir por que determinados assuntos não estão caminhando, enquanto outros seguem como se estivessem numa Via Expressa. As gentes querem saber por que as empresas estrangeiras terão prioridade e exclusividade de ganhos no grande banquete do mundial. E o

CONT.



governo deveria ter a dignidade de responder.

O fato é que agora é hora da festa, dos turistas, da burguesia nacional, dos aficionados pelo futebol, que não se importam com a política que está por trás do evento. Sim, porque a Copa é um assunto político. E o governo está fazendo política com a Copa, exatamente como os trabalhadores, os sem-teto, os indígenas. Todos estão a fazer política. Então, é preciso que a opinião pública saiba disso, e desde aí, do conhecimento, se posicione. O que não dá é para jogar um manto protetor sobre a Copa, como se fosse apenas uma linda e alegre festa popular, a qual alguns "malfeitores" estão querendo estragar. Não é. Aí se joga também o jogo da política, as alianças, os acordos, as benesses, os compromissos futuros.

É por isso que nas ruas as gentes também fazem política. A grande política. A que desvela as chagas abertas de um país dependente, que se desenvolve dentro do subdesenvolvimento gerado pelo sistema capitalista, esse, que exige sempre que um seja pobre para que outro possa acumular riquezas. É claro que se a direita se aproveita dessa incapacidade governamental de dialogar com as massas, aí já não pode ser um problema imputado aos trabalhadores e aos lutadores sociais.

O fato é que, para além do factóide, da flecha na perna do policial, há um número bastante expressivo de brasileiros que sabe o que é o jogo político que se esconde junto ao Mundial de Futebol, e, acertadamente, faz o seu.



Ministro da Justiça recebe hoje, às 15h, Mobilização Nacional Indígena para tratar de demarcação de terras
SÍTIO CIMI, 29.05.2014

Depois de manifestação em frente ao Ministério da Justiça na manhã desta quinta-feira (29) em Brasília, o ministro José Eduardo Cardozo aceitou receber nesta tarde, às 15h, uma comissão com 20 representantes indígenas de todo o país que estão na capital federal para a semana de Mobilização Nacional Indígena.

Membros do Movimento Quilombola também participarão da reunião, que tem como pauta a paralisação dos procedimentos demarcatórios de terras tradicionais no Brasil. Somente de terras indígenas, são 37 processos engavetados nas mãos de Cardozo, de áreas já identificadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai), faltando apenas a assinatura das portarias declaratórias que reconhecem a posse permanente dos grupos sobre as terras.

“Esperamos que o ministro receba nosso povo e atenda nossa reivindicação, que é destravar a demarcação das terras indígenas e suspender as mesas de negociação. Os conflitos têm se acirrado a cada momento que essas mesas estão instaladas, porque não tem como conversar sobre reduzir terras indígenas, não da pra recuar dos direitos que nós já temos garantidos”, disse o cacique Marcos Xukuru.

Após a reunião, os indígenas falarão em coletiva de imprensa, convocada para as 16h30 em frente ao Supremo Tribunal Federal.



Na pauta de reivindicações, havia questões polêmicas como a demarcação de terras, que permanecem sem resposta conclusiva
SÍTIO ESTADÃO, 29.05.2014

Na pauta de reivindicações, havia questões polêmicas como a demarcação de terras, que permanecem sem resposta conclusiva

BRASÍLIA - Após 2h20 de reunião no Ministério da Justiça, acabou sem definição o encontro que reuniu o ministro José Eduardo Cardozo e líderes indígenas. Na pauta de reivindicações, havia questões polêmicas como a demarcação de terras, que permanecem sem resposta conclusiva. Além de Cardozo, o encontro teve a presença da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Boulitreau Assirati.

Durante a audiência, um grupo de cinco indígenas se acorrentou no mastro que sustenta a Bandeira Nacional. Na saída, o cacique Uilton Tuxá (BA) afirmou que participou da pior reunião em 16 anos de luta. "Nunca imaginei que o governo do PT, que prega a democracia, agiria com tanta arbitrariedade. Foi decepcionante, o ministro disse que não assinará nada e insistirá na tentativa de construir mesas de diálogo", desabafou.

O Ministério da Justiça afirmou, por meio de nota, que, após a reunião com lideranças indígenas, o ministro José Eduardo Cardozo garantiu que a pasta está empenhada em encontrar soluções para as questões apresentadas - por meio da mediação.

Revoltado com o resultado da reunião, Kretan Kaingang, um dos cinco acorrentados ao mastro da Bandeira, disparou contra o ministro. "Ele (Cardozo) é um mentiroso, não vamos aceitar quietos que retirem nossos direitos e passem por cima de nós. A partir de agora, vai haver guerra civil no País."

Para simbolizar a indignação dos índios, um deles subiu no mastro e pintou a Bandeira do Brasil com urucum, corante vermelho utilizado no corpo durante os rituais. "Isso aqui representa nosso sangue", gritou um índio no meio da multidão.

Concentrados em Brasília desde segunda-feira para a Mobilização Nacional Indígena, cerca de 350 índios foram para a Esplanada dos Ministérios protestar na frente do prédio do ministério. O grupo fechou os quatro acessos ao Palácio da Justiça logo pela manhã e exigiu uma audiência com Cardozo para debater a situação dos índios no País. Alguns mais exaltados tentaram invadir o prédio e bloquearam três das seis faixas do Eixo Monumental.

Arco e flecha. Segundo relatos de funcionários do próprio palácio, os índios apontaram arcos e flechas para os policiais que tentaram impedir a entrada do grupo. Logo após forçarem a entrada, sem sucesso, os manifestantes se espalharam em volta do ministério e estenderam faixas e cartazes falando de uma série de terras que precisariam de demarcação. Insatisfeitos

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

com a postura de Cardozo, os presentes afirmaram que só deixariam o local quando fossem recebidos pelo ministro.

Depois de negociações, o ministério concordou em receber os líderes do movimento. Agendado para as 15 horas, o encontro iniciou-se com duas horas de atraso, momento em que Cardozo chegou ao auditório do Ministério da Justiça. Antes do início do encontro, o grupo de cinco índios se acorrentou ao mastro da Bandeira Nacional como forma de protesto, após o ministro querer reduzir de 20 para 12 o número de presentes na reunião.

Entre as propostas apresentadas, os indígenas exigiram a imediata publicação de todas as portarias declaratórias e decretos de homologação relacionados à demarcação de terras, que estariam parados sem razão. Além disso, pediram o fim da criminalização das lideranças e punição aos assassinos de índios e parlamentares que incitam o ódio.



CE – Carta de Apoio ao Acampamento Zé Maria do Tomé na 2ª etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.05.2014

Pela suspensão imediata da ação de reintegração de posse

Pela abertura imediata da mesa de negociação com o Ministério da Integração Nacional e atendimento da pauta de reivindicação dos acampados

O DNOCS redefiniu a vida das famílias de agricultores que viviam na Chapada do Apodi nos anos 1980, quando instalou o Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (PIJA), no Estado do Ceará, e ameaça fazer o mesmo com a implementação do Perímetro Santa Cruz do Apodi, no Rio Grande do Norte. São estruturas construídas com recursos públicos que prometem o desenvolvimento para a região, mas, na verdade, são planejadas e implantadas, prioritariamente, para as empresas do agronegócio, atraídas com facilidades e isenções oferecidas pelos governos federais e estaduais.

No caso do Perímetro Jaguaribe-Apodi, após sua implantação e operação, em fins da década de 1980, ocorreu a expropriação de parte significativa de agricultores familiares e camponeses da Chapada, que antes produziam alimentos e mantinham relações de identidade com o território. Dos 316 agricultores que conseguiram entrar no projeto irrigado, 255 foram expulsos com o passar dos anos, ou seja, 81% foram expropriados, segundo estudo realizado pela Universidade Estadual do Ceará/FAFIDAM. Entre as causas do processo de expropriação podemos apontar os critérios “excludentes” e desiguais de permanência no projeto; a ausência de políticas de públicas de apoio à agricultura familiar camponesa; a imposição de um modelo de monocultivo intensivo, químico-dependente, alheio à realidade produtiva anterior, bem como os custos de produção no Perímetro, restando-lhes migrar para tentar a vida em outro lugar, ou tentar sobreviver ali, subordinando-se a empregos do agronegócio, num doloroso processo de proletarianização precarizada e de destruição do modo de vida camponês.

As precárias condições de trabalho oferecidas nestas empresas, produtoras de commodities para exportação, são traduzidas em contratos de trabalho temporário, baixa remuneração, intenso esforço físico em longas jornadas de trabalho, onde impera a cobrança de elevadas metas de produtividade. Do ponto de vista da saúde, além do desgaste pela intensificação do trabalho, isto significa diferentes formas de humilhação como assédio organizacional e moral, relatado por mais de 40% dos trabalhadores entrevistados em pesquisa realizada pela Universidade Federal do Ceará, além de intensa exposição a agrotóxicos, não só no trabalho, mas também nas comunidades do entorno. A pesquisa supracitada revela ainda que 99,1% dos trabalhadores do agronegócio são expostos aos agrotóxicos, em sua maioria (65,8%) extremamente tóxicos ou muito tóxicos, que estão relacionados aos 38% a mais de taxa de mortalidade por câncer constatada na região da Chapada do Apodi/CE.

CONT.



Estes mesmos agrotóxicos contaminam a água de abastecimento das comunidades da região. De acordo com estudos da UFC, 100% das amostras mostravam a presença de pelo menos três venenos diferentes. Além de contaminada, a água agora falta nos poços das famílias, em consequência do alto volume exigido para a produção nas monoculturas e exportado através frutas, com base nos estudos da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará (COGERH).

Sem terra e sem água, as famílias assistem, há mais de uma década, a invasão das terras e ao uso abusivo da água pelas empresas, acompanhada da exploração dos trabalhadores e trabalhadoras e de intensa violência, resultando inclusive na morte de agricultores que se opunham ao projeto do agronegócio, como foi o caso de Zé Maria do Tomé. Famílias que veem seus filhos indo embora para o sudeste, em busca de perspectivas de futuro, haja vista o avanço das drogas entre a juventude oprimida.

A situação é ainda pior em virtude da apropriação ilegal de terras por parte das grandes e médias empresas, tanto na área piloto e primeira etapa, como na área correspondente a 2ª etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, processo que levou a expropriação de 81% (do total de 316) dos pequenos agricultores do projeto, segundo pesquisas da FAFIDAM/UECE. INVASÃO é a conclusão do Departamento Nacional de Obras Contra a Seca (DNOCS) sobre essas ilegalidades, em estudo determinado pela Justiça Federal em 2009: dos 10.000 hectares do PIJA, 4.000 foram invadidos e grilados, com destaque para empresas transnacionais e nacionais, tais como: Del Monte – 1223,27ha, Banesa – 356,74ha, Frutacor – 284,29.

Produzindo esta informação e ciente da invasão, desde 2009, o DNOCS não impetrou nenhuma ação de reintegração de posse para determinar a saída dessas empresas das áreas públicas, além de descumprir a determinação judicial de destinação de 1000 ha de terras para a agricultura familiar camponesa, não levando em conta a função social da terra.

Contraditoriamente, após dois dias de ocupação legítima das terras pelas famílias da Chapada do Apodi, a Federação das Associações do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi (FAPIJA), tendo ao lado a Procuradoria do DNOCS, conseguiu liminar expedida em caráter de urgência, para, com uso da força policial, expulsar as mais de 800 famílias camponesas que afirmam seu direito às terras da segunda etapa do perímetro, de forma independente da FAPIJA, e reivindicam:

1. Destinação de toda a área que compreende a 2ª Etapa do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi para a agricultura familiar camponesa, de base agroecológica.
2. Independência do conjunto de regras e normas previstas na Leide Irrigação, a exemplo da licitação como forme de acesso a terra.
3. A terra deve pertencer a uma entidade coletiva (ex. cooperativa), com uso individual dos lotes, inibindo o mercado de terras na área conquistada.
4. A área deve ter uma dupla organização espacial:

CONT.



4.1. Área de moradia e de produção – para os agricultores que não dispõem de moradia própria e adequada

4.2. Área de produção – para os agricultores que já dispõem de moradia própria e adequada nas suas respectivas comunidades.

5. Entrega e garantia de manutenção de toda infraestrutura necessária (sistema de irrigação, casa de bombas, galpão, maquinaria, energia elétrica, implementos agrícolas, etc) para moradia e produção, sem quaisquer ônus para os agricultores;

6. Garantia de Assistência Técnica permanente e de forma coletiva, que respeite e dialogue com as técnicas de convivência com o semiárido e com a agroecologia;

7. Permanência das comunidades localizadas na área do Perímetro Irrigado Jaguaribe-Apodi, que ainda não possuem a titulação de suas terras, a exemplo de Ipu, Maracajá, Cabeça Preta e Tomé.

É inadmissível que o Estado, governado pelo Partido dos Trabalhadores, se coloque a serviço do agronegócio, negando aos agricultores (as) o direito a terra, a água e a condições dignas de vida.

Exigimos do Ministério da Integração Nacional um diálogo lúcido com os movimentos sociais que representam estas famílias, com suspensão imediata da liminar de reintegração de posse que ameaça a segurança e a vida das famílias acampadas e dispostas a resistir no atendimento imediato de todas as suas reivindicações.

Ademais, demandamos que este modelo perverso materializado pelo agronegócio na Chapada do Apodi/Ceará não seja replicado no Rio Grande Norte, devendo a estrutura do Perímetro Irrigado Santa Cruz do Apodi (terra, água, energia elétrica, assistência técnica, etc.) ser destinado à agricultura familiar, garantindo a permanência das comunidades na área do projeto.

Assinam:

Movimentos Sociais, Entidades e Instituições:

Cáritas Diocesana de Limoeiro do Norte
Conselho Indigenista Missionário – Equipe Itabuna
Conselho de Cidadania Permanente – Itabuna
Seminário Justicia Ambiental- Universidad Nacional de Córdoba – Argentina
Paróquia Nossa Senhora das Brotas – Tabuleiro do Norte (CE)
Centro Acadêmico Dias da Rocha – Agronomia UFC
Anel – Assembleia Nacional dos Estudantes Livre
FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil
AEcuador
CEPEDES

CONT.



Articulação Nacional de Agroecologia
ADUFC – Associação dos Docentes da Universidade Federal do Ceará
Abrasco – Associação Brasileira de Saúde Coletiva
Programa Residência Agrária – PRA/UFC
Articulação de Psicanalista e Psicólogos/as Iara Iavelberg (Arpia)
SINDSIFCE – Sindicato dos Servidores do Instituto Federal do Ceará

Companheiros(as) de Luta:

Maria Ozirene Maia Vial – Professora do curso de Licenciatura em Biologia do Instituto Federal do Ceará – Campus Jaguaribe

Juliana de Carvalho Gaeta – Bióloga – Mestre em Ciência Marinha Tropical pela Universidade Federal do Ceará.

Franck Ribar – Professor Doutor do curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Professor Doutor Gerson Machado – Especialista Cultural/Educador -Fundação Cultural de Joinville/ Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville

Elisa Rodrigues Dassoler – Universidade do Estado de Santa Catarina (UEDESC)

Frederico de Castro Neves, Professor doutor do curso de História da Universidade Federal do Ceará (UFC).

Fernando Ferreira Carneiro – Coordenador do GT de saúde e Ambiente da ABRASCO – professor do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UNB)

João Alfredo Telles Melo – Vereador – PSOL Fortaleza – Presidente da Comissão dos Direitos Humanos da Câmara Municipal de Fortaleza. Professor de Direito Ambiental

Helena Selma Azevedo – Professora da Universidade Federal do Ceará, Presidente do Conselho Estadual de Segurança Alimentar do Ceará

Tania Pacheco – blog Combate Racismo Ambiental

Larissa Mies Bombardi – professora do Departamento de Geografia – FFLCH – da Universidade de São Paulo (USP)

André Campos Búrigo – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz.

Carlos Henrique Moura Barbosa, Doutorando em História da Universidade Federal de Santa Catarina e professor de História

Epitácio Macário – Professor da Universidade Estadual do Ceará (UECE) – Integrante da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior – Sindicato Nacional (ANDES-SN)

Camila Dutra dos Santos – Doutoranda em Geografia na Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Morgana Melca Braga Sampaio- estudante de Especialização em Gestão Pública- Universidade Estadual do Ceará (UECE)

Eraldo Paulino, jornalista e assessor de comunicação da Cáritas Diocesana de Crateús (CE)

Amanda Nunes Diógenes – Bióloga – Ceará

Virginia Pinheiro Gurgel – Estudante do curso de Tecnologia em Saneamento Ambiental do Instituto Federal do Ceará

Mário Martins Viana Júnior – Prof. Dr. do Departamento de História – Universidade Federal do Ceará – Coordenador do Projeto “Memórias das Comunidades impactadas pelos Perímetros Irrigados no Ceará

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

Natalha Nayane de Oliveira Pinheiro – Estudante de Farmácia da Universidade Federal do Ceará

Rosemeri Moreira – Professora do Curso de História UNICENTRO – Guarapuava – PR

Josefa Jéssica Macena Alves – COCEPAT (Cooperativa Cearense de Prestação de Serviços e Assistência Técnica LTDA) – Tecnóloga em Saneamento Ambiental (IFCE)

Francisco Alison de Maria – Estudante de Ciências Sociais (UFC)

Juliana Magalhães Linhares – Mestre em História – Professora na Universidade Estadual Vale do Acaraú

Alfredo Ricardo Silva Lopes – Doutorando pela Universidade Federal de Santa Catarina

Marcelo Castro – Sociólogo

Soraia Carolina de Mello, professora, doutoranda em História Cultural na Universidade Federal de Santa Catarina

Luiz Antonio Araújo Gonçalves – Geógrafo e Professor Substituto da Universidade Estadual do Ceará – UECE

Monte Alverne Queiroz Fraga – Padre da Paróquia Nossa Senhora das Brotas

Alexandre Pessoa Dias – Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Fundação Oswaldo Cruz

Paulo Petersen – Agrônomo, Coordenador-Executivo da AS-PTA, Rio de Janeiro-RJ

Aterlane Martins, professor do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, Quixadá – CE

Diego Hermys de Souza Vieira – Bacharel em Ciências Contábeis

Maxime Toutain, doutorando de Antropologia Social na Universidad de Toulouse II Le Mirail (France)

Renata Brauner Ferreira, Dra em Planejamento Urbano pela UFRJ e Professora de História da FURB – Blumenau

Bruno Eduardo de Souza Barbosa – Biólogo, Bacharel em Ciências Biológicas pela Universidade Federal do Ceará (UFC)

André Machado Camurça – Secretaria Nacional da RBJA – Mestra em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFC

Ruben Siqueira – CPT/BA e Articulação Popular -São Francisco Vivo

Denis Monteiro – Secretário Executivo (Articulação Nacional de Agroecologia)

Adolfo Maldonado, Clínica Ambiental, Ecuador

Hermano Albuquerque de Castro – Pesquisador Titular Fiocruz – Diretor da ENSP/Fiocruz

Marcelo Firpo Porto – Pesquisador Titular Fiocruz

Andrew Toshio Hayama – Defensor Público do Estado de São Paulo

Ana Cláudia de Araújo Teixeira – Professora Visitante do Departamento de Saúde Coletiva, Universidade de Brasília

Gleudson Passos Cardoso (Curso de História/ UECE)

Viviane Teixeira Silveira – Profª Dra na UNEMAT/Universidade do Estado de Mato Grosso/MT

Daniel Italo Alencar Barros – Professor de História do Estado do Ceará – Mestrando em Psicologia Social – UFC

Ana Caroline Peres Serra – Psicóloga – Universidade Federal do Ceará – Fortaleza/CE

Gerson Galo Ledezma Menezes – professor efetivo no Curso de História- América Latina na Universidade Federal da Integração Latina-Americana (UNILA)

Mel Simionato Marques, bióloga e mestre em Botânica pela Universidade Federal de Santa Catarina

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

Ana Maria Veiga – Universidade Federal de Santa Catarina

Paulo André Sousa Teixeira – Psicólogo MPPE e TJPE, mestre em Psicologia pela UFPE, Recife – PE

Patrícia Pereira Xavier – Mestre em História Social e Mestre Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural -Fortaleza/CE

Marcia Lorena Bezerra Peixoto – Instituto Federal do Ceará

João Paulo Brilhante Barbosa – Professor (licenciado em História) – Universidade Federal do Ceará (UFC)

Diego Gadelha – Professor do Instituto Federal Ceará – Membro do Grupo de Estudos e Práticas em Agroecologia e Convivência com o Semiárido – Membro da Diretoria do Sindicato dos Servidores do Instituto Federal (SINDSIFCE)

Marcelo José Monteiro Ferreira – Professor do Departamento de Saúde Comunitária/Faculdade de Medicina – Universidade Federal do Ceará. Membro do Núcleo TRAMAS/UFC

-

DADOS PARA NOVAS ASSINATURAS:

RECEBEMOS ASSINATURA DE ENTIDADES, SINDICATOS, MOVIMENTOS SOCIAIS, INSTITUIÇÕES

FAVOR ENVIAR NOME, INSTITUIÇÃO/ENTIDADE/MOVIMENTO, QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E UNIDADE DA FEDERAÇÃO.

ENVIAR PARA: acampamentozemaria@gmail.com



MPF defende respeito a comunidades tradicionais em regularização fundiária no oeste do Pará

SÍTIO MPF/PGR, 29.05.2014

Audiência pública na Câmara dos Deputados discutiu conflito na cidade de Almerim

O Ministério Público Federal (MPF) defendeu, em audiência pública na Câmara dos Deputados, que as características próprias de comunidades tradicionais que vivem em Almerim, no oeste do Pará, sejam respeitadas durante processo de regularização fundiária atualmente em curso. A reunião, nesta quinta-feira, 29 de maio, foi promovida pela Comissão de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia para discutir o impasse existente entre o Grupo Jari, responsável pelo chamado Projeto Jari, de produção de celulose, e moradores do município.

Segundo dados do Ministério Público estadual do Pará, aproximadamente 150 comunidades rurais (cerca de 15 mil pessoas) vivem na mesma área (916,6 mil hectares) explorada economicamente pelo Grupo Jari (basicamente exploração de madeira nativa). O problema é que tais comunidades, em geral mais antigas que o empreendimento, dependem desses mesmos recursos naturais para subsistência, mas sofrem restrições para utilizá-los.

Para o procurador da República Camões Boaventura, membro do MPF que atua em Almerim, em primeiro lugar, é necessário que seja verificada a legitimidade da cadeia dominial atualmente aceita, ou seja, do histórico dos imóveis, o que retrata quem são seus proprietários. De um lado, a empresa dispõe de documentação sobre essas terras, embora haja discussão sobre a validade e a extensão desses documentos. De outro, o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) está em fase final de levantamento dos ocupantes da área e de cadastrando de cada um deles.

Especificamente neste ponto, Camões questiona o modelo que vem sendo adotado pelo Iterpa: "De que modo está sendo pensada a regularização fundiária? Serão lotes individuais ou coletivos? Está sendo levado em consideração o acesso dessas comunidades a recursos distantes ou se pretende limitar um quadrado e dizer que determinada família deve ficar restrita a ele?". O procurador lembra que comunidades tradicionais costumam se utilizar de um espaço bastante abrangente para uso dos recursos naturais. "Os estudos, portanto, deveriam seguir os moldes do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação [em geral aplicado a territórios quilombolas] ou do Relatório Circunstanciado de Identificação e Delimitação [aplicado a terras indígenas]. Do contrário, essas pessoas provavelmente não se adaptarão e acabarão expulsas ou obrigadas a virar mão de obra local", complementa.

A promotora de Justiça Ione Missae da Silva Nakamura acrescenta ainda que é necessária revisão do Plano de Manejo Florestal Sustentável, documento que estabelece as normas de uso dos recursos naturais e baseia o trabalho do Grupo Jari. Segundo ela, do modo como está hoje,

CONT.



o plano "impede a comunidade de fazer uso da floresta". Além disso, alerta para dois outros problemas que necessitam de investigação e punição: extração ilegal de madeira e uso intensivo de agrotóxico nas plantações de eucaliptos.

Projeto Jari - O empreendimento que ficou conhecido como Projeto Jari teve início em 1967. Antevendo a explosão da demanda por celulose no mundo, o magnata americano Daniel Ludwig conseguiu autorização do governo brasileiro para explorar uma imensa área de floresta na região amazônica. As terras se destinariam ao plantio de uma espécie de árvore própria para a produção de celulose, à instalação de uma fábrica, de uma usina termoeletrica e de toda a estrutura logística considerada necessária para tal. Foram abertas estradas e ferrovias e construídas vilas operárias.

A inadaptação do projeto às condições da floresta e os prejuízos crescentes, no entanto, levaram o magnata, em 1981, a repassar o empreendimento a um grupo de empresários brasileiros. Eles também não conseguiram encontrar uma solução equilibrada para os problemas sociais e ambientais que passaram a dominar o Vale do Jari (divisa entre Amapá e Pará).

Em 2000, após dois anos de negociação, o BNDES transferiu para o empresário paulista Sergio Amoroso, presidente do então Grupo Orsa, agora Grupo Jari (que controla a Jari Celulose), a administração dos ativos então existentes, sob o compromisso de quitar a dívida com o grupo de credores e tratar o passivo econômico, social e ambiental da região de forma conjunta.

Audiência - Além dos membros do Ministério Público, participaram da audiência pública o deputado Zé Geraldo (PT-PA), que solicitou o debate; o vice-prefeito de Almerim, Oracy Miranda de Queiroz; o assessor-chefe da presidência do Iterpa, Daniel Nunes Lopes; o presidente do ICMBio, Roberto Vinentini; a gerente jurídico do Grupo Orsa, Maria Marliete Martins; e representantes das comunidades locais.

Secretaria de Comunicação Social
Procuradoria Geral da República
(61) 3105-6404/6408
Twitter: MPF_PGR
facebook.com/MPFederal

Sônia Guajajara: Quem está subvertendo a ordem é o próprio Congresso, em um plano de extermínio dos povos indígenas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.05.2014



Luciana Gaffrée, Rel-UITA

A Rel dialogou com Sônia Guajajara, integrante da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (Apib) e coordenadora do Protesto que ocorreu terça-feira 27 em frente ao Supremo Tribunal Federal, em Brasília, com a participação de representantes de mais de cem povos indígenas. As manifestações que estão ocorrendo em Brasília denunciam a redução das terras indígenas, a discriminação e violação dos direitos indígenas.

Depois de protestarem em frente ao Congresso, os representantes indígenas protocolaram queixa-crime contra os deputados federais Luís Carlos Heinze (PP/RS) e Alceu Moreira (PMDB/RS), por terem incitado a violência contra os povos indígenas, quilombolas, gays e lésbicas em um vídeo publicado na internet, referindo-se a eles como "tudo que não presta no Brasil".

-Sônia, qual é o foco dessas manifestações que estão acontecendo nessa semana em Brasília?

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

-Nosso foco é um só: A violação de nossos direitos. Você sabe que há uma regressão e um ataque do Congresso Nacional aos direitos indígenas, colocando em foco diretamente a questão da terra. Há uma paralisação da demarcação das terras indígenas. É importante dar a maior visibilidade possível para esta gravíssima questão.

Todas as PECs que estão tramitando no Congresso caminham no mesmo sentido, negar as terras aos povos indígenas, mudar a Constituição e legalizar a exploração das terras em solo indígena, pelos ruralistas, pelo agronegócio, pelas mineradoras.

Todas as medidas que estão no Congresso Nacional, seja por meio de PEC ou de PL, possuem este foco, tomar as terras indígenas. Acabar com este direito.

-E por quê?

-Porque no Brasil o que realmente está acontecendo é um interesse econômico fortíssimo, e como não há mais nenhuma terra pública para a produção o que eles estão enxergando para fazer crescer o país são as terras indígenas, para utilizá-las para a produção em nome do capital.

Estamos num momento muito complicado, e essa luta é para manter os nossos direitos e estamos sendo muito criminalizados por isto. Muitas lideranças indígenas estão sendo presas, em suas regiões, porque estão lutando pela terra.

E aí temos que vir até Brasília para denunciar essa situação, e enfrentar uma polícia truculenta. Levaremos ao Congresso seis indígenas feridos a bala, por causa das repressões contra a nossa manifestação.

Além dos seis indígenas, um fotógrafo da Reuters e um padre também foram feridos durante o ataque da polícia.

-O que você tem a dizer sobre a criminalização dos povos indígenas?

-A situação hoje é bem grave. Temos várias lideranças indígenas presas, acusadas de formação de quadrilha, quando na verdade estão lutando em suas terras, sendo acusadas de crimes, como sequestro e roubo, e criminalizadas sem provas.

Os próprios deputados usam a mídia para incitar a violência contra os povos indígenas. Ontem, nós entramos com uma queixa-crime no Supremo Tribunal Federal (STF) contra dois deputados, por terem feito discursos agressivos incitando violência contra os povos indígenas.

E nós cobramos um posicionamento do STF, em relação a esta postura dos deputados. Já que eles enquanto representantes parlamentares do povo não podem se utilizar desse lugar para intensificar os conflitos no campo.

A República dos Ruralistas

CONT.



-Em sua opinião, há uma articulação dentro do governo?

-Claro! Todos os poderes, Legislativo, Executivo e Judiciário estão articulados contra os direitos indígenas. O Judiciário em sua lentidão demora muito e nunca conseguimos ver nossas terras demarcadas.

O Executivo porque se alia ao Legislativo, já que ambos têm interesses em comum. E o interesse é também de campanha, porque o agronegócio é o que acaba financiando as campanhas eleitorais.

E com isso a aliança entre eles é muito forte dentro do Congresso. Os deputados são eleitos com esse dinheiro, e esses três Poderes que estariam para garantir os direitos da população e a democracia, o que fazem é se aliar ao Poder Econômico dos Ruralistas.

E aliada a eles, não podemos nos esquecer, está a Grande Mídia. Porque a mídia praticamente é toda de políticos que querem jogar para a população uma versão diferente da realidade, para gerar na sociedade uma ideia errada sobre as lutas dos povos indígenas do Brasil. E a população fica desinformada.

-O que, então, você gostaria que a população soubesse?

-Que estamos lutando pelos nossos direitos, pela nossa existência enquanto povos, pela nossa sobrevivência, buscando visibilidade, ser escutados, e avisar ao mundo que nossa luta não é por privilégios, é por direitos. Simplesmente isso. E outros movimentos já estão se unido a nós, entre eles o MST, os quilombolas e os extrativistas.

É importante alertar que quem reverteu tudo não fomos nós. Quem está subvertendo a ordem é o próprio Congresso.

A população precisa abrir os olhos e entender que o que existe hoje é uma República Federativa Ruralista do Brasil, e por isso criamos o site A República dos Ruralistas, para denunciar esse absurdo incontestável, quem hoje manda, legisla e dirige a política no Brasil são os ruralistas, seja na bancada ruralista, seja fora dela.



Doutor em Ecologia faz alerta sobre agravamento das mudanças climáticas
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.05.2014

Para especialista não existe a possibilidade de se manter o nível de exploração e destruição da natureza praticado nas últimas décadas

por: Beth Begonha, Radiotube/EBC

O programa Amazônia Brasileira recebeu, nesta segunda-feira (26), o doutor em Ecologia pela Universidade de Brasília (UnB), Genebaldo Freire, que fala sobre o crescente número de fenômenos naturais em todo o planeta e explica o que está provocando o aumento da intensidade e constância desses fenômenos nas regiões brasileiras. O doutor fez uma longa pesquisa em diversas regiões do mundo sobre os desabrigados climáticos que tiveram que deixar o lugar onde viviam, pois a falta de água não permite mais a sobrevivência dessa população.

Genebaldo fala sobre a situação de São Paulo, relembra o número de vezes em que foram feitos alertas sobre a necessidade de políticas para a manutenção de água potável no estado, e lamenta que a população agora se veja em situação crítica e que de acordo com ele, certamente, ainda se agravará. Ele faz um alerta sobre o consumo dos metais pesados que estão sendo carregados com a água via sedimentos e para os quais não há método de filtragem conhecido, ou seja, a população estará consumindo dentre outros, metais como chumbo e níquel. O fato, segundo ele, já vem acontecendo na China onde a contaminação da água faz com que os habitantes tenham altíssimos índices de câncer no fígado. Para o especialista não existe a possibilidade de se manter o nível de exploração e destruição da natureza praticado nas últimas décadas: é imprescindível que a humanidade faça uma mudança imediata na sua relação com a natureza.

O doutor em Ecologia aproveita para falar sobre o lançamento do seu novo livro, Mudança climática e você, no qual ele relata o resultado de suas pesquisas em torno do mundo.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

Ato Comemorativo pela saída dos fazendeiros da Terra Indígena Yanomami (TIY) da região do Ajarani

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.05.2014



Comunicamos abaixo programação para realização do Ato Comemorativo de saída dos fazendeiros da Terra Indígena Yanomami (TIY) da região do Ajarani que acontecerá no dia 31/05/2014 na Comunidade Serrinha, localizada na Perimetral Norte, Município de Caracaraí, logo após a Vila São José.

Dia 31/05/14 – Sábado – ATO COMEMORATIVO PELA SAÍDA DOS FAZENDEIROS DO AJARANI.

07:00 horas – Café da manhã.

09:00 horas – Recepção dos convidados.

10:00 horas – Fala do Davi Kopenawa Yanomami e autoridades, inclusive a presidente da FUNAI – Maria Augusta. Atendimento a imprensa (entrevistas).

12:00 horas – Almoço comunitário.

13:30 horas – Exibição do filme do Morzaniel Iramari e fotos um pouco do histórico da luta pela saída dos fazendeiros e luta da Hutukara contra os invasores da TIY.

14:30 horas – Visita aos locais onde os fazendeiros habitavam.

16:30 horas – Reunião lideranças Yanomami e convidados – Estratégias e Políticas Pública para a Região do Ajarani.

18:00 horas – Cerimonial de encerramento do ato.

19:00 horas – Jantar comunitário.

Atenciosamente,

Davi Kopenawa Yanomami

Presidente da Hutukara Associação Yanomami (HAY)



MS – II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas, de 04 a 07/08
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.05.2014



O II Encontro Nacional de Estudantes Indígenas – ENEI acontecerá nos dias 04 a 07 de agosto de 2014, na Universidade Católica Dom Bosco, na cidade de Campo Grande – MS.

O encontro tem como tema “Políticas Públicas para os acadêmicos e egressos indígenas: avanços e desafios” e busca dar continuidade as discussões e reflexões desenvolvidas no I ENEI realizado no ano de 2013 na Universidade Federal de São Carlos – UFSCar e nos Encontros de Acadêmicos Indígenas de Mato Grosso do Sul são realizados desde o ano 2006 no âmbito Projeto Rede de Saberes (UCDB, UEMS, UFMS e UFGD) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas das Populações Indígenas (NEPPI/UCDB), com apoio da Fundação Ford. Constitui-se em oportunidade para a discussão e socialização de postulados teóricos e metodológicos utilizados em pesquisas voltadas para o ensino superior indígena, bem como sobre saberes locais, educação, saúde, gestão territorial, direito, entre outros. Como espaço privilegiado tendo interlocutores pesquisadores indígenas, sobretudo no que tange a práticas educativas em contexto intercultural, no evento serão enfatizados diálogos de saberes, atuação profissional, educação superior.

Objetivo Geral: Criar espaço de discussão e socialização de pesquisas e trabalhos sobre o tema, Metas e Desafios no Caminho do Ensino Superior tendo em vista contribuir para a formação de profissionais indígenas que melhor atendam as demandas de suas comunidades.

Objetivos Específicos: a) Possibilitar a apresentação de pesquisas e estudos sobre o Tema do Encontro Nacional dos estudantes Indígenas; b) Permitir que os acadêmicos e pesquisadores indígenas do Brasil possam trocar experiências sobre suas trajetórias nas Instituições de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

Ensino Superior, e os desafios que percebem quando adentra a Universidades.

As inscrições já estão abertas para apresentação de trabalho. Confira os GT's:

GT 1 – Ciências da terra, sustentabilidade e meio ambiente;

GT 2 – Direito indígena, território e movimento indígena;

GT 3 – Educação indígena, escola e práticas interculturais;

GT 4 – Educação superior indígena e profissionalização;

GT 5 – Formação acadêmica e ciências da saúde e medicina tradicional;

GT 6 – Tecnologias da informação, comunicação e a demanda indígena.

Mais Informações: comissaoenei2014@gmail.com e na página do evento. (<http://enei2014.com/>)

Contato: (67) 9983-4087 ou (21)98889-3463

ACESSE A I CIRCULAR DO EVENTO: I CIRCULAR

(http://enei2014.files.wordpress.com/2014/04/1c2aa-circular_enei_2014.pdf)

Enviada para Combate Racismo Ambiental por Luiz Henrique Eloy Amado .



PI – Famílias atingidas pela mineração em Curral Novo clamam por justiça
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 29.00.2013

Jucilene Silva – Comunicadora popular da ASA

Esperança, luta, coragem e união foram os sentimentos expressados pelas famílias que sofrem ameaça de desapropriação das suas terras por causa da exploração de minérios na região de Curral Novo (PI), em reunião que aconteceu na última quinta-feira (22), na comunidade Baixio dos Belos, localizada a 32 quilômetros do município de Curral Novo.

Mais de 50 agricultores/as de dez comunidades que serão atingidas pela exploração de uma mineradora participaram do encontro com o intuito de buscar forças e soluções para amenizar a situação. A reunião foi idealizada pela Cáritas Diocesana de Picos em parceria com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), juntamente com o bispo diocesano de Picos, Dom Plínio José.

As pessoas que participaram da reunião compartilharam as impressões causadas pela última audiência, que aconteceu no dia 14 de abril, naquele município. O sentimento coletivo era de insatisfação com a audiência, de onde esperavam tirar respostas concretas para amenizar os seus sofrimentos.

“Aquela audiência não foi suficiente. Nós saímos de lá pior do que entramos. Não tivemos respostas de nada, sequer das perguntas que foram feitas. Foi uma reunião que não trouxe solução de nada. Não sabemos, até hoje, o que fazer das nossas vidas”, relata dona Maria Luzinete Coelho, da comunidade Juá.

Assim como os demais moradores, ela está sendo pressionada a vender suas terras pelo preço proposto pela empresa do Grupo Bemissa, o equivalente a mil e quinhentos reais por hectare. No entanto, dona Luzinete se mantém firme e segura de que não quer vender suas terras.

“Eu poderia até vender ou arrendar as minhas terras, mas minha preocupação maior é com meus vizinhos. Eu sei as consequências que eles podem sofrer. Nós queremos gritar por justiça, porque isso tudo só está acontecendo por causa dos nossos governantes, que não têm compromisso com o povo. É muito humilhante viver nessa situação”, conta dona Luzinete.

Para Fabiana Araújo, uma das dificuldades encontradas até agora são as pressões feitas a partir de visitas constantes dos funcionários da empresa para a venda das terras. “A maneira como eles estão conduzindo essas negociações tem deixado a desejar. Eles não estão valorizando o que levamos anos para construir, como nossas casas, criatórios, cercas, pastos, poços e barreiros. Já foi feito apelo por uma audiência pública. Porém, até agora, não encontramos nenhuma resposta para esse nosso sofrimento, essa angústia. Alguém tem que nos ouvir”.

CONT.



O desespero de Fabiana não é apenas por ela, mas por todas as famílias que estão envolvidas nesta conjuntura. "Eu não falo apenas em meu nome, mas em nome de mais de 100 famílias que vivem nessa situação de preocupação e desespero, de não saber o que vai ser do amanhã. Eu vou vender minha terra, mas como é que eu vou recomeçar? Tenho preocupação com as pessoas idosas, que têm mais dificuldade de readaptação. Minha mãe, por exemplo, tem mais de 60 anos e eu vejo essa preocupação no rosto dela, essas incertezas do amanhã".

Durante a reunião, vários encaminhamentos foram feitos, dentre eles estão a formação de uma comissão organizadora, a construção de um relatório que conte a história das comunidades afetadas, a busca de apoio jurídico e planejamento para articulação dos moradores.

Pe. Miguel Feitosa, da paróquia de Simões, esteve presente na reunião, manifestando o seu comprometimento e apoio às famílias. Ele avaliou a reunião de forma positiva, sobretudo nos termos dos encaminhamentos. "A reunião foi muito útil. Depois da audiência em Curral Novo, não houve oportunidade de reunir as pessoas que participaram. Pela primeira vez tivemos a oportunidade de conversar sobre a audiência. Outro ponto importante é a possibilidade de um estudo junto com os advogados para conhecer melhor as leis, aquilo que compete a nós, de maneira a nos dar forças para lutar por nossos direitos".

O Bispo Diocesano, Dom Plínio, participou ativamente da reunião e afirmou que o posicionamento da Igreja é de estar ao lado do povo. "A Diocese já deu o primeiro passo, quando foi cobrada a sua presença. Me sinto contente de participar desse momento, que faz parte das atividades da vida da Igreja, de estar ao lado do povo. As consequências desse projeto devem ser aprofundadas, sobretudo para que as pessoas possam realmente inteirar do que estão abraçando, do que envolve suas vidas. Também a comissão e os advogados que virão. O relatório que contará a sua própria história vai facilitar muito, porque será enviado a todas as comunidades da Diocese, pois somos Igreja que partilha também os sofrimentos".

Segundo Dom Plínio, o povo está apreensivo diante da realidade em que se encontra. "As pessoas querem saber o que deve ser feito. Essa esperança hoje foi iluminada. Nós não demos soluções, nós apontamos caminhos. Percebemos que há uma liderança entre eles. Muitas dessas pessoas sabem argumentar e falar do assunto com segurança. Na hora em que a maioria tomar consciência, eles podem se unir e conquistar um final contentador. Nós queremos ir até o fim", concluiu o Bispo.



Projeto do MT debate comércio de castanha e látex

SÍTIO MIDIA NEWS, 29.05.2014

Patrocinado pela Petrobras, projeto beneficia índios e seringueiros em Rondônia e no Mato Grosso

O manejo de produtos florestais não-madeireiros, como a castanha-do-Brasil e o látex, tem se revelado uma excelente estratégia na gestão ambiental e na geração de renda de povos de terras indígenas e extrativistas. Pensando em como fortalecer o trabalho realizado na região amazônica dos estados de Rondônia e Mato Grosso, o Projeto Pacto das Águas promove, a partir desta quinta-feira, 29, o "Seminário e Intercâmbio de Experiências", no Hotel Maximus Slimm, em Ji-Paraná, Rondônia. Ele será realizado das 9h às 17h30, até o dia 31, sábado, e será aberto ao público, com entrada gratuita.

Patrocinado pela Petrobras, por meio do Programa Petrobras Socioambiental, o projeto pretende articular uma rede de parceiros e agências financiadoras para criação de um sistema sustentável que otimize a comercialização das 160 a 300 toneladas de castanha e 25 toneladas de borracha produzidas anualmente, numa região que abrange 1,9 milhão de hectares. Para isto, serão envolvidas mais de mil pessoas na região, entre povos das cinco terras indígenas e seringueiros da Reserva Extrativista Guariba Roosevelt.

No evento, estarão presentes o coordenador do projeto, Plácido Costa, representantes do governo do estado, agricultores e lideranças indígenas e extrativistas. "Nosso foco, neste momento, é a consolidação das alternativas de geração de renda, mais especificamente nas ações de cooperação entre os grupos para gestão de mercados", explica Plácido Costa.

Patrocínio a projetos na Amazônia

Patrocinadora de diversos projetos sociais e ambientais no bioma amazônico, a Petrobras já investiu, em seis anos, R\$ 110,8 milhões em 124 iniciativas na Amazônia. Ao todo, elas já beneficiaram mais de 110 mil pessoas, em atividades de educação ambiental e geração de renda. Por meio do novo Programa Petrobras Socioambiental, a companhia investirá, ao todo, R\$ 1,5 bilhão, até 2018, em projetos socioambientais de todo o país.

Serviço

Evento: Seminário e Intercâmbio de Experiências

Data: 29 a 31/5

Horário: das 9h às 17h30

Local: Hotel Maximus Slimm - Rua Doutor Osvaldo, 101 - Vila Jotão - Ji-Paraná - RO



AMÉRICA/MÉXICO - Crianças e adolescentes indígenas obrigados a deixar a escola para trabalhar ou se casar

SÍTIO OFICIAL DO VATICANO, 29.05.2014

Merida – No México e no estado de Yucatán, as meninas, meninos e adolescentes indígenas constituem uma categoria da população altamente vulnerável pelas condições de pobreza nas quais vivem, carentes de todo direito fundamental.

A Comissão dos Direitos Humanos de Yucatan assinalou que no estado se concentra grande parte da população indígena de todo o país e se estima que 76,1% dos maias vivem em condições de pobreza. Dentre os pobres, os menores são os mais desfavorecidos. O índice de analfabetismo é quatro vezes maior do que a média nacional .

Muitas crianças indígenas abandonam as aulas por serem obrigadas a trabalhar. Segundo uma pesquisa sobre o trabalho infantil do Instituto Nacional de Estatística Geográfica e Informática , 36% dos menores entre 6 e 14 anos trabalham, o duplo em relação à média nacional, que é de 15,7%. Outro fator importante para a evasão escolar é o matrimônio precoce das jovens índias, que se casam antes de completar 15 anos , em relação aos 2% das não índias.

O estado de Yucatan deu significativos passos avante na defesa dos direitos dos menores com leis de tutela dos direitos das meninas, meninos e adolescentes, dentre as mais avançadas no país em matéria de defesa da infância.



Vitória da Conquista participa de seminário sobre Educação Escolar Quilombola
SÍTIO PREFEITURA MUNICIPAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA, 29.05.2013

As diretrizes da educação escolar quilombola foram o foco do evento, realizado em Brasília

Com o objetivo de discutir formas de implementar, nas redes de ensino, as Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola – documento lançado em novembro de 2012 – aconteceu nessa segunda e terça-feira, 26 e 27 de maio, em Brasília, o III Seminário sobre Educação Escolar Quilombola. O seminário foi promovido pelo Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (Secadi).

Na oportunidade, mais de 200 profissionais de escolas quilombolas, gestores municipais de educação, coordenadores pedagógicos e lideranças quilombolas de várias regiões do Brasil estavam presentes. A cidade de Vitória da Conquista esteve representada pela coordenadora pedagógica na Secretaria Municipal de Educação (Smed), Elizabeth Lopes, pelo coordenador do Pré-Vestibular Quilombola, Flávio Passos, e pela professora da Comunidade Quilombola do Baixão, Carmem Silva.

‘Diretrizes Curriculares da Educação Escolar Quilombola’ – O documento foi criado com o intuito de orientar os sistemas de ensino na prática da Educação Escolar Quilombola, mantendo um diálogo com realidade sociocultural e política das comunidades e do movimento.

De acordo com as diretrizes, a educação escolar quilombola é um direito das comunidades quilombolas, e uma condição para o seu desenvolvimento em diálogo com suas raízes culturais e com a luta pelos seus direitos. No entanto, ela não substitui os conhecimentos do currículo, comuns a todas as escolas. Na verdade, na prática, esse currículo ganha um novo significado, a partir dos conhecimentos e práticas tradicionais da comunidade. Por consequência, o conteúdo tradicional ganha uma dimensão de promover um olhar da comunidade escolar para o reconhecimento dos valores ancestrais presentes na comunidade quilombola.

‘Vitória da Conquista’ – O Governo Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Educação, busca fortalecer a educação escolar quilombola para um atendimento em consonância com as políticas de desenvolvimento das comunidades quilombolas e as diretrizes da educação escolar quilombola. Atualmente, a rede municipal de ensino de Vitória da Conquista possui 28 escolas nessas comunidades.

‘Valorização’- Durante o evento, o Pré-Vestibular Quilombola de Vitória da Conquista foi reconhecido enquanto uma política pública municipal de promoção da igualdade racial, sendo bastante elogiado. A iniciativa, criada em 2009, promove hoje o acesso de mais de 140 jovens quilombolas ao ensino superior.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

No município, há também o Pré-Vestibular Dom Climério, mantido pela Associação Cultural Agentes de Pastoral Negros (APNs) com o apoio da Prefeitura Municipal de Vitória da Conquista. Há 20 anos, a iniciativa já beneficiou 1000 alunos.



Deputados do PSOL e povos indígenas pedem arquivamento de propostas ruins às etnias

SÍTIO PSOL, 29.05.2014

Projetos envolvem exploração de recursos minerais, demarcação de terras e mudanças na política indigenista

Representantes de várias etnias indígenas, os deputados do PSOL Ivan Valente e Chico Alencar, entre outros, foram recebidos, nesta quarta-feira (28), pelo presidente da Câmara, Henrique Eduardo Alves, para tratar de propostas que tramitam na Casa que são prejudiciais aos povos indígenas.

As lideranças indígenas falaram que sofrem com a discriminação, o preconceito e assassinatos nas terras. Pediram ao Parlamento respeito e atenção às questões indígenas e, principalmente, o arquivamento de algumas proposições. Afirmaram que não são vândalos e que em nenhum momento – lembrando outras vezes que estiveram no Congresso Nacional – houve a intenção de depredar o patrimônio público, como nunca o fizeram. Afirmaram, ainda, que não querem entrar em guerra, mas que se for necessário trarão 30 mil índios para Brasília e para o Parlamento para defender os interesses indígenas.

As seguintes propostas são rechaçadas pelos povos indígenas:

Projeto de Lei (PL) 1610/1996 – trata da exploração e o aproveitamento de recursos minerais em terras indígenas.

Projeto de Lei (PL) 3571/2008 – estabelece que o Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI) substituirá a Comissão Nacional de Política Indigenista, sendo um órgão de composição paritária com representantes do Executivo, dos Povos e das Organizações Indígenas de todas as regiões brasileiras e das Entidades Indigenistas.

Projeto de Lei (PL) 4740/2012 – trata de arrendamento de terras indígenas, a partir de projetos de parceria agrícola e pecuária entre Fundação Nacional dos Índios (Funai), e terceiros.

Projeto de Lei (PL) 5807/2013 – estabelece um novo Código da Mineração; tramita em comissão especial.

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/2000 – transfere do Executivo para o Legislativo a competência de demarcação das terras indígenas; tramita em comissão especial.

Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 38 – estabelece que a demarcação das terras indígenas seja feita somente por competência do Senado Federal.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

Projeto de Lei Complementar (PLP) 227/2012 – define os bens de relevante interesse público da União para fins de demarcação de Terras Indígenas.

O líder do PSOL, deputado Ivan Valente, propôs o congelamento de todas essas propostas que se configuram violação aos direitos dos povos indígenas. “São propostas que geram conflitos e tensão”.

Em relação à Proposta de Emenda Constitucional 215, que retira do Poder Executivo o poder de demarcar territórios dos povos tradicionais, a recente mobilização indígena em Brasília já garantiu um avanço importante. Após as diversas denúncias, o presidente da Câmara afirmou que a PEC só iria à votação se houvesse consenso em seu conteúdo - o que é impossível de ocorrer.

Fonte: Liderança do PSOL na Câmara, Mariane Andrade



Oficinas estimulam discussões sobre a higiene na ordenha para qualidade do leite entre ribeirinhos

SÍTIO MAMIRAUÁ, 29.05.2014

Hábitos adequados podem garantir a qualidade de produtos de origem animal e prevenir doenças. As oficinas de Ordenha Manual ministradas entre os dias 22 e 23 de maio pela pesquisadora Sara Regina Rufino do Instituto Mamirauá foram desenvolvidas para ajudar os ribeirinhos a aperfeiçoar os hábitos e melhorar a qualidade do leite. O evento aconteceu nas comunidades São João do Ipecaçu e Santo Estevão, na Reserva Amanã.

As oficinas trataram de cuidados antes da ordenha, como manter o local limpo e arejado, assear o animal e limpar os apetrechos utilizados. Pontos durante a ordenha, como ordenação correta dos animais, limpeza da úbere, desprezo dos primeiros jatos de leite – bem como do leite de animais doentes e em tratamento – e evitar escovação ou distribuição de ração durante o processo. E cuidados após a ordenha, como colocar as tetas em solução de glicerina iodada e higienizar os vasilhames e utensílios.

Apesar da ordenha ser uma tarefa secundária para os pequenos criadores da Reserva Amanã, no período de lactação dos animais a atividade se torna valorizada e revela potencial organizacional. Doutoranda em Engenharia de Processos, Sara Rufino explica que a oficina visou esclarecer a importância da higiene em todas as etapas do processo de ordenhar. “Tudo que tem relação à qualidade do leite. Bem como algumas zoonoses, importância e benefícios da pasteurização do leite”, pontua a pesquisadora.

As oficinas realizadas pelo Programa de Manejo de Agroecossistemas fazem parte das ações do projeto “Participação e Sustentabilidade: o Uso Adequado da Biodiversidade e a Redução das Emissões de Carbono nas Florestas da Amazônia Central” – intitulado BioREC – desenvolvido pelo Instituto Mamirauá com financiamento do Fundo Amazônia. Ao todo, 22 ribeirinhos participaram da conscientização.

Por Everson Tavares



Mais combustível na luta em Belo Monte, por Claret Fernandes*

SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.05.2014

*para Combate Racismo Ambiental

A terça-feira (27) no Xingu foi muito movimentada e especialmente grande, desde duas da madrugada até onze horas da noite. Famílias atingidas por Belo Monte, organizadas no MAB, fecharam a rodovia que dá acesso ao canteiro de obras da barragem, no mesmo local onde já haviam trancado no dia treze de março.

A solidariedade é visível durante a mobilização: a maioria dos transeuntes apoia a luta, sinal de que Belo Monte se torna cada vez menos palatável. Até empresários locais que chegaram a imaginar novas oportunidades de negócios já perderam a ilusão.

Dois jovens passam pela estrada, veem o povo, vão à rua e compram pão. Pouco em quantidade, mas muito no simbolismo.

Um leiteiro, que faz entrega de casa em casa, vai com duas latas na garupa da moto e, também, passa um pouco de leite para os manifestantes. Militantes e simpatizantes se colocam nas diversas tarefas, tudo pela Causa, no nível de consciência que aos poucos vai crescendo, desde as tarefas de segurança, preparação de alimento, até a condução política de um processo de luta.

Nenhuma dessas tarefas é simples! E todas são importantes e necessárias na conquista do direito e da consciência liberta.

A indignação, também, cresce cada vez mais. A Norte Energia, enquanto empresa privada, trata o direito como um negócio, e isso é um desastre para os atingidos, para os operários da obra e para toda a região de implantação da barragem.

Setores do governo, alguns discretamente outros de forma aberta, começam a fazer o 'mea culpa'. Eles confiaram demais no Capital, como se não fosse o eterno inimigo do trabalho e da classe trabalhadora, e agora, um pouco tarde, percebem que perderam o controle. A hidrelétrica ainda não é fato consumado, mas está bem adiantada, com mais de 50% já construída.

Se é que havia alguma esperança de que Belo Monte fosse um bom exemplo para outras barragens, que desejam seguir construindo, isso cai por terra. O PDRS Xingu, tão badalado, não passa de um entretenimento para desviar a atenção do foco, da questão central.

Essa visão financista no tratamento dos bens naturais, das pessoas e do trabalho explica, em parte, por que as casinhas de concreto no Jatobá são muito ruins e muito caras; de acordo com matéria publicada no Valor Econômico, elas ficariam 20% mais caras do que as casas de

CONT.



alvenaria que o povo desejava. Não se sabe ao certo o valor, pois essas informações são guardadas a sete chaves.

Essa mesma visão financista explica por que direitos dos atingidos em todo o Brasil, conquistados na luta, estão sofrendo retrocesso. Ela mostra, ainda, por que o governo tem tanta dificuldade de assinar a Política Nacional dos Atingidos por Barragens – PNAB.

Além da indignação com a Norte Energia, principalmente quando os ânimos se aquecem durante a manifestação, as famílias ficam revoltadas com um caminhoneiro, cujo comportamento chega às raias da loucura.

Ele simplesmente vai e passa por cima da barricada, morro abaixo, pela parte da manhã. Pela tarde, corre boato de que voltaria, mas ninguém acredita. Isso seria impossível! Mas enquanto a coordenação está reunida, no canto direito da rodovia, ouve-se um barulho, como um estrondo, e lá aponta o caminhão doido. O motor acelera forte e o caminhão, agora morro acima, pula e cambaleia para um lado e para outro, quase despejando o combustível em grandes galões que traz na carroçaria. A barricada de madeira fica moída no chão. Rasgam-se faixas do Movimento. Por pouco não acidenta uma criança.

Após saltar o obstáculo, como se fora um esporte de azar, vai serpenteando por entre os carros engarrafados, numa enorme fila, seguido por manifestantes, mas em vão. Não havia um policial sequer para detê-lo ou pelo menos para anotar a placa do caminhão.

Policial é sempre uma presença ambígua nas manifestações. Chegam e dizem que estão para proteger o povo, mas na hora H não o fazem. Ao contrário, às vezes. Um deles foi visto, por exemplo, insuflando caminhoneiros contra manifestantes supostamente por estar aborrecido com o que chamou de quebra de acordo.

No dia 26, à noite, policiais chegaram atirando num pequeno grupo do bairro Colina, Altamira, que iniciava manifestação na rodovia por causa do abandono em que as famílias do bairro se encontram. Uma atitude covarde!

Doentes, idosos e os indígenas, esses últimos mobilizados desde o dia 22 de maio, têm passe-livre na Manifestação. Chegam à Segurança e são imediatamente liberados, ajudando a abrir-lhes caminho.

É claro que quando as pessoas notam que doentes e idosos podem seguir, o número de doentes, principalmente, fica inflacionado.

Ambulâncias e carros da Secretaria de Saúde de Vitória do Xingu, município-sede de Belo Monte, que tem arrecadado até 10 milhões de reais/mês apenas com ISS, e com um acampamento de pelo menos 800 famílias, transitam para um lado e para outro o dia todo. No carro de uma doente, vão cinco ou mais pessoas sadias. É preciso jogo de cintura da Segurança para separar os necessitados dos que querem furar o bloqueio. Não é simples, e um passo fora pode gerar um conflito.

CONT.



Mas ah se arrependimento matasse, a Norte Energia e setores reacionários do governo já teriam morrido. Eles vieram doando um conjunto de bugigangas aos indígenas, desde antes do início da construção da barragem até hoje, com o claro objetivo de cooptá-los. Por muito tempo pareceu a muitos, realmente, que a tática estava funcionando. Houve até quem já desse os indígenas por vendidos e derrotados, de boca calada.

Entre as bugigangas, porém, como roupas de grife, cestas básicas com enlatados, talvez por desatenção, foram doados voadeiras e carros que, agora, são usados como instrumentos de luta. É um belo aprendizado!

Os indígenas passaram quase uma dezena de vezes no local da manifestação, de Moto, de Hillux, de Kombi, carregando pessoas ou apetrechos, dando suporte ao fechamento do canteiro de obras, no Km 27, e solidarizando-se com as famílias organizadas no MAB em luta, trancando a estrada.

Não há dúvida de que a Norte Energia e governo quiseram e querem comprar os indígenas, com a tática do espelho, a mesma lá do início da colonização do Brasil. É muito mais que Belo Monte em jogo. Existe o Complexo Belo Monte no Xingu, existe Tapajós, existem as outras barragens e as áreas de mineração, praticamente todas mexem com os indígenas.

Pensando a partir da história, e dos percalços na implantação de Belo Monte, é precipitado e equivocado dizer que os indígenas se venderam. O espelho quebrou.

Há quem confunda o legítimo direito de melhorar de vida com cooptação. Quem se vende fecha os olhos e a boca. E quem não se vende usa cada conquista para fazer avançar a luta. A diferença entre cooptados e não cooptados não está no que conquista ou deixa de conquistar com o respeito que consegue impor, mas o que faz com aquilo que conquista.

Definitivamente, os povos do Xingu não estão cooptados. E quando sentirem que o que perderam ainda é muito mais, que seu direito é muito maior, que podem ser sujeitos da soberania do Brasil, e que são historicamente usurpados desse direito, sua indignação só vai aumentar.

Há dois elementos que quando se juntam são inflamáveis: a indignação com consciência e a melhora do nível e vida. A tese do quanto pior melhor é uma farsa. Consciência com melhora real do nível de vida é força de luta. Migalhas conquistadas se transformam na vontade de ter o pão inteiro para socializá-lo com todas.

Um dos pontos de reivindicação dos indígenas é combustível por trinta e cinco anos, o que, inicialmente, causa estranheza. Mas quem reflete percebe um raciocínio lógico e sábio perpassando essa reivindicação. Trinta e cinco anos significam, exatamente, o tempo de concessão de Belo Monte. A reivindicação é, portanto, uma espécie de participação no lucro de Belo Monte, ainda que ínfima.

Além disso, combustível significa mobilidade para quem já tem carros, motos e voadeiras. E dinheiro vivo, pois pode ser trocado.

CONT.



É um conjunto de contradições que se colocam. Norte Energia e Governo propositalmente esfaļam as aldeias para quebrar-lhes a força, mas, nessa refrega, alguns grupos indígenas ficam fortalecidos. São violentados, mas não são coitadinhos!

Os Muduruku no Tapajós, que também possuem mais que o simbolismo das flechas, e um povo numeroso, são agredidos, mas não são coitadinhos!

Ser vítima não é suficiente quando o capital resolve avançar, é importante ser sujeito com todos os instrumentos que possa ter disponíveis à mão.

Mas a contradição é mesmo grande e profunda. A cabeça de muita gente séria vai a mil, pois os indígenas não são mais os mesmos, em todo sentido. A degradação deles provocada pela agressão do Capital é palpável. E a Norte Energia junto com os governos têm grande responsabilidade nisso! Quantos perambulam hoje pelas ruas de Altamira, como mendigos. Quantos deles precisam sujeitar-se àquele ambiente lastimável da chamada Casa do Índio. Nesse contexto, a declaração de Lobão de que Belo Monte não molesta nenhum índio soa como cinismo arrogante.

No final das contas, porém, parece que os indígenas, nativos dessas terras, colocam um elemento importante nessa nova conjuntura, que lhes é imposta. Há que se superar o senso comum, alimentado de preconceito e de ideias fixas, como do índio estereotipado, para percebê-lo nessa nova dinâmica. Diante do risco real de extinção, e numa correlação de forças desfavorável, eles reagem, transformando voadeiras, motos, carros e combustível em força de luta.

Importante notar que não quebram as flechas nem seu simbolismo. Importante perceber que continuam caracterizados de guerreiros, e não abrem mão de sua concepção de mundo, da Pachamama. Mas é essencial enxergar que aprendem a manusear outras ferramentas no enfrentamento ao Capital.

Jean-Paul Sartre, filósofo existencialista francês, afirma: 'o importante não é aquilo que fazem de nós, o importante é o que nós mesmos fazemos com o que fazem de nós'. Ainda que certamente não o tenham lido, os indígenas e demais lutadores aprendem a lição.

As lutadoras e lutadores têm razão quando teimam em construir o que parece impossível. A luta abre caminhos onde as portas estavam fechadas.

O que se espreme demais sai entre os dedos. A promessa de troca de Belo Monte por políticas públicas, com garantia de direitos individuais e coletivos, não se cumpre. Os donos da obra e seus gerentes foram com muita sede ao poder, e Belo Monte, que seria para abrir a porta de uma nova Era de construção de barragens na Amazônia, pode tornar-se uma portinhola ridícula. E não cumprir o seu papel.



URGENTE - "Muitos fazendeiros vão morrer": Indígenas declaram guerra aos produtores rurais

SÍTIO BLOG QUESTÃO INDÍGENA, 30.05.2014

Terminou tensa a reunião dos indigenistas com o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, no início de noite de ontem. Os índios deixaram o Ministério da Justiça declarando "guerra" ao ministro e morte aos produtores rurais que atrapalham as demarcações de terras indígena. Os índios que fizeram baderna em Brasília desde a última terça-feira (27) exigiam a demarcação de 47 terras indígenas que cobrem uma área de 3,2 milhões de hectares, maior do que o Estado de Alagoas, boa parte ocupada por pequenos agricultores.

Cardozo negou todas as exigências dos índios. O ministro disse aos cacique que assinar portarias de demarcação pode acirrar o conflito ao contrário do que dizem os indigenistas. "Foi uma portaria declaratória que matou Oziel Terena", disse Cardozo se referindo ao índio morto pela Polícia Federal ao resistir a uma reintegração de posse no Mato Grosso do Sul. Os índios haviam invadido a propriedade depois da assinatura da portaria declaratória.

O cacique Uilton Tuxá, um dos 18 integrantes da comissão que esteve com o ministro, afirmou que foi a "pior" reunião com o governo federal da qual eles já participaram. "Ele [Cardozo] disse que não vai assinar nada. Eu nunca esperei que um governo do PT poderia agir com tanta arbitrariedade", completou o Tuxá.

"Muitos fazendeiros vão morrer", disse um dos indígenas que participou da manifestação. Os índios deixaram o ministério declarando "guerra" ao governo e aos produtores rurais.

Entre as terras indígenas exigidas pelo grupo estão ampliações de áreas como a TI Manoki-Irantxé e Kanela Memortunré. A ampliação de Terra Indígena é vedada pelo Supremo Tribunal Federal e advogados da União não podem atuar nesses processos por força da Portaria 303 da Advocacia Geral da União. Os índios também exigem a demarcação da Babaulândia, a chamada Terra Indígena Tupinambá de Olivença, do cacique Babau, cujo laudo demarcatório tem graves denúncias de fraude. Outra área exigida pelos índios é a terra indígena Votouro-Kandoia, motivo do assassinato recente de dois pequenos agricultores familiares no Rio Grande do Sul.

Após o encontro, o ministro divulgou uma nota oficial na qual afirma que a pasta está empenhada em encontrar soluções para as questões apresentadas por meio da mediação.



Mulheres quilombolas buscam autonomia com apoio do Estado

SÍTIO CADA MINUTO, 30.05.2014

Por Agência Alagoas

A antiga fábrica de farinha se transformou em galpão de sonhos e oportunidades para as mulheres da comunidade quilombola de Palmeira dos Negros, no município de Igreja Nova, que participam do projeto Saber Tradicional das Mulheres Quilombolas, iniciativa da Secretaria de Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos (Semcdh), por meio da Superintendência de Promoção dos Direitos e de Políticas para a Mulher.

Este projeto, que faz parte do Programa Alagoas Tem Pressa, tem como objetivo possibilitar a inserção produtiva de mulheres em situação de vulnerabilidade social e socioeconômica de comunidades remanescentes dos quilombos em Alagoas. Tendo no artesanato o ponto de partida, as mulheres recebem capacitação para qualificação profissional e oportunidade de emprego e geração de renda, respeitando e valorizando seus princípios estéticos, étnicos e tradicionais, com foco na melhoria da qualidade de vida.

Outros temas também bastante discutidos foram questões de violência contra a mulher, direitos humanos e Lei Maria da Penha. Em visita técnica, realizada esta semana, a superintendente Solange Viégas e as gestoras Perolina Lyra e Emilene Agra acompanharam os trabalhos desenvolvidas pela comunidade.

“Este projeto é fundamental para resgatar a autoestima das mulheres quilombolas, além de proporcionar autonomia econômica e tornar conhecida a Lei Maria da Penha e os demais mecanismos de proteção a mulher em situação de violência doméstica ou familiar”, comentou a superintendente Solange Viégas.

As mulheres das comunidades Jacú Mocó (Poço das Trincheiras), Palmeira dos Negros (Igreja Nova), Serra da Viúva (Água Branca) e Alta de Negras (Canapi) têm instruções divididas em quatro módulos, Raça/etnia; sustentabilidade; consciência ambiental; direitos; criação de produto e mercado de trabalho são alguns dos assuntos abordados.

Cerâmica, couro de bode, fibra de croá, sacolas plásticas e palha de ouricuri são os materiais utilizados para criar o artesanato. A arquiteta e capacitadora Mirna Porto faz releituras das peças confeccionadas para aperfeiçoar o artesanato e proporcionar a inserção de objetos mais vendáveis. “Elas têm muita alegria e vontade. Mas precisam ter também consciência de mercado e que estão reproduzindo a tradição”, explicou.

Em Palmeira dos Negros, a palha seca do ouricuri é transformada em bolsas, brincos, colares e chapéus. Para Rosineide dos Santos, de 31 anos e mãe de três filhos, o projeto mudou a vida das mulheres da comunidade. “Nossa vida mudou bastante. A Mirna nos ensina a criar novas coisas. E espero que este aprendizado se transforme em novas oportunidades para nós”, disse.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

Já Marta Regina, de 31 anos, é um exemplo da tradição. “Aprendi o artesanato com a minha mãe. Também aprendi com ela a criar novas peças. Eu sou apaixonado pelo artesanato”. E acrescentou que o projeto trouxe esperança: “Com a Mirna, renasceu a esperança de sermos reconhecidas pelo artesanato”, completou.



Situação dos jovens e adolescentes índios da Amazônia Legal será debatida na CDH
SÍTIO INTERJORNAL, 30.05.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou em junho do ano passado que a violência contra as comunidades indígenas cresceu 237% entre 2011 e 2012. Entre os casos, estão ameaças de morte, homicídios, tentativas de assassinato, racismo, lesões corporal e violência sexual.

A Comissão Pastoral da Terra, por sua vez, informou em abril deste ano que ao mesmo tempo em que caem os assassinatos no campo, aumenta a violência contra os índios. Segundo a CPT, dos 1.266 conflitos catalogados em 2013, 205 (16,2%) estavam relacionados a povos indígenas. Em 2012, esse percentual ficou em 12,6%.

A violência contra os adolescentes e jovens índios que vivem nos estados da Amazônia Legal é um dos temas a ser discutidos na audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove nesta terça-feira (03), às 14h.

Foram convidados para o debate o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil – Unicef, Gary Stahl e Alana Keline Manchineri, que integra a Comissão Nacional de Juventude Indígena – CNJI. Ainda durante a audiência pública haverá a apresentação de fotos do Projeto Jovens Comunicadores Indígenas.

O Unicef aponta a importância de ações governamentais ou da sociedade em benefício dos jovens indígenas. De acordo com a representante adjunta do Programa Cidadania dos Adolescentes do Unicef no Brasil, Antonella Scolamiero, trata-se de grupo com alta taxa de suicídio, por causa do preconceito a que são submetidos e pela falta de oportunidades.



Eufemismo para negação ou retirada de direitos

SÍTIO REVISTA CARTA CAPITAL, 30.05.2014

Negociações do Ministério da Justiça com povos Guarani e Kaingang acende sinal vermelho sobre rumos dos direitos humanos no País

por Marcelo Zelic e Jair Kriscke

As declarações do ministro da Justiça José Eduardo Cardozo sobre as “negociações”, que realizou recentemente no Rio Grande do Sul com os povos Guarani e Kaingang, para resolver o conflito de terras que se arrasta há décadas neste estado, acende o sinal vermelho para aqueles que se preocupam com os rumos dos direitos humanos no Brasil.

A solução encontrada é de estarrecer: retirada de direitos para os Guaranis e intimidação do movimento Kaingang com a prisão de suas lideranças.

Segundo o site da Fundação Nacional do Índio a situação da terra indígena de Mato Preto foi reconhecida como de ocupação tradicional do povo Guarani no Rio Grande do Sul, sendo portanto constitucionalmente uma terra declarada indígena, aguardando somente os procedimentos finais do executivo para sua demarcação, homologação e a consequente desintrusão dos invasores que usurparam os direitos Guaranis a estas terras no passado.

Expulsos de suas terras na década de 50, as famílias Guaranis vivem acampadas na beira da estrada RS-135 desde setembro de 2003, travando uma dura luta pela sobrevivência, manutenção de sua cultura e demarcação de suas terras, cujo estudo de identificação foi realizado pela antropóloga Flávia de Melo, aprovado pela FUNAI, a quem cabe por direito a realização destes estudos e foi reconhecido através da Portaria nº 2.222 do Ministério da Justiça em 21/09/2012. Tudo realizado como previsto na Constituição do nosso País.

Pelo “ajuste de direitos” anunciado em entrevista coletiva sem a presença das lideranças indígenas da região, o Ministério da Justiça, que deveria zelar pelo cumprimento da Constituição e garantir os direitos indígenas, reduz as terras do povo Guarani de Mato Preto em quase 85% de sua área declarada.

Qual o contexto desta “mediação de conflito” realizada pelo Ministro da Justiça?

A “negociação” com os Guaranis deu-se algumas semanas depois de uma controvertida operação da Polícia Federal, que prendeu no dia 09 de maio sete lideranças Kaingang, convidadas a negociar com o estado brasileiro solução para o conflito em suas terras. Saíram presos logo após o início da reunião, sob acusação, sem provas, de que teriam participado do assassinato de dois agricultores gaúchos em conflitos de terra na região, pegando o Governo do Rio Grande Sul, anfitrião da reunião, de surpresa, segundo sua assessoria.

CONT.



A comunidade Guarani que há mais de 10 anos vive precariamente na beira da estrada, numa correlação de força desigual, sob impacto de forte preconceito, não aguentando mais ameaças verbais e convivendo com constantes tiros para o alto disparados por agricultores, numa ação intimidatória de persuasão pelo medo, acabou por ceder ao Ministro conforme declarou o cacique de Mato Preto, Joel Kuaray ao jornalista Leonencio Nossa: "A gente aceita diminuir nossa terra porque hoje estamos na beira da linha do trem". "A gente tem o sentimento de que as ameaças vão diminuir, porque a redução da terra vai exigir a retirada de um número menor de agricultores da área."

O que acontece a um país quando seu ministro da Justiça se coloca acima da Constituição e decide "ajustar direitos"? Que instabilidades jurídicas para os direitos dos povos indígenas geram tal ação política do governo federal, promovendo "acordos" de revisão de extensão de áreas declaradas? Não deveria o Estado reafirmar o direito constatado e garantir a sua efetividade, mesmo que emperrada a questão nos tribunais?

Como deve agir a cidadania quando se constata que o "ajuste de direitos" celebrado de forma leonina, fere preceitos legais e beneficia o lado não coberto pela Constituição? É este um exemplo de país que respeita e trabalha para o desenvolvimento dos direitos humanos e o zelo pelas populações originárias? Ou aponta o advento de uma nova era do manda quem pode, obedece quem tem juízo?

Ao se aproveitar da vulnerabilidade física e emocional de uma comunidade, para "celebrar" um acordo, reafirmamos, leonino, lesivo aos direitos constitucionais dos Guaranis, o Ministro da Justiça José Eduardo Cardozo fere ou não fere o Código de Conduta da Alta Administração Federal? Irá o Ministro da Justiça assinar uma portaria de desmarcação de terras indígenas, anulando a portaria nº 2.222, sobre as terras Guaranis de Mato Preto, assinada por ele mesmo em setembro de 2012? É ética tal solução encontrada?

Diminuir 85% das terras dos Guaranis do Rio Grande do Sul, reproduz a prática política de confinamento aplicada a seus parentes no Mato Grosso do Sul nos anos de 1970. O Estado brasileiro em 2014 busca assim a solução do problema? Quanto tempo levará para o crescimento populacional desta comunidade apresentar o quadro desolador e desagregador de confinamento em que vivem os Guarani-Kaiowá nas reservas a eles impostas durante a ditadura militar? Vale registrar que somente em 2013 73 indígenas se suicidaram no Mato Grosso do Sul. Isto não é um caso de saúde pública gerado pelo confinamento em que vivem? Reconhecer e demarcar os 4.230 hectares da Terra Guarani de Mato Preto não é o bom caminho da justiça social?

Em tempos pré-eleitorais, onde tudo se distorce e é usado por aqueles que almejam o poder, devemos calar frente às violações de direitos humanos cometidas pelo Estado? Em que este silêncio eleitoral beneficiará os direitos dos povos indígenas? Quem perde quando este tipo de discussão fica relegado a segundo plano e se torna objeto de muito patrulhamento ideológico sobre quem as levanta? Se por uma estratégia eleitoral é preciso calar sobre violações de direitos, perde o País.

Frente a tantas violações de direitos humanos contra os povos indígenas brasileiros, apontadas
CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

nos estudos da Comissão Nacional da Verdade, não deveria a título de reparação, o Estado brasileiro rever suas práticas e mudar de conduta, demarcando suas terras e cuidando do bem estar destes povos? Repará-los é preciso, fundamentalmente um dever do Estado e de nossa sociedade. Reparar nossos graves erros para com eles é demarcar suas terras e não ajustar seus direitos.

No campo dos direitos humanos é fundamental enquanto nação enfrentarmos estas questões, ainda mais em períodos eleitorais, para evitarmos mais retrocessos como a PEC 215, a portaria 303 da AGU e o desmonte da FUNAI, efetivando o estado democrático de direito em nosso País.

*Marcelo Zelic é vice-presidente do Grupo Tortura Nunca Mais SP, membro da Comissão Justiça e Paz da Arquidiocese de São Paulo e coordenador do projeto Armazém Memória

*Jair Kriscke é presidente do Movimento Justiça e Direitos Humanos



Família espera por Justiça e se orgulha de índio morto em confronto

SÍTIO RONDA DO MS, 30.05.2014

Há um ano Evilásio perdeu um filho, Samir um marido e os terena um guerreiro. A morte de Oziel Gabriel aos 35 anos, em confronto entre Polícia Federal e indígenas durante reintegração de posse da Fazenda Buriti, chamou a atenção de todo o país para Mato Grosso do Sul e acirrou ainda mais as disputas fundiárias entre produtores rurais e índios.

Pouca coisa mudou na aldeia Córrego do Meio 12 meses depois daquela quinta-feira 30 de maio de 2013. A comunidade situada na zona rural de Sidrolândia, distante 70 quilômetros de Campo Grande, abriga os parentes de Oziel e indígenas que se revoltam ao lembrar do confronto, mas se orgulham ao recordar a morte do guerreiro que lutou até o último dia de vida.

No terreno da família de Oziel tudo continua igual, menos a saudade, novidade para quem perdeu um filho, um marido e um irmão cedo demais. Em uma das quatro casas, vivem os pais de Oziel. Evilásio Gabriel, 65, e Maria de Fátima Clementina, 59, que não faz outra coisa senão chorar a morte do filho.

Para o aposentado que ainda sente a dor de ter perdido o filho, a morte de Oziel começa a ser superada, mas a indignação não sai da cabeça por um só dia. "Nós temos um sentimento de revolta de um ano depois daquilo ninguém dizer quem assassinou brutalmente meu filho. Só queremos Justiça, mas ninguém encontra os culpados porque somos pequenos diante dos governantes", afirma Evilásio.

Mesmo depois da emoção que tomou conta da comunidade naquela semana de confronto, todos são enfáticos em afirmar que a morte de Oziel não é resultado de um acidente. "Nós temos certeza que a bala que matou nosso guerreiro saiu de uma arma da polícia", completa o pai.

Elizur Gabriel, 43 anos, lembra dos momentos de alegria vividos ao lado do irmão. Oziel, que foi criado boa parte da vida pela avô, cacique tradicional da região, foi ensinado desde cedo a lutar pelas terras que um dia voltariam para os indígenas.

"Antes do meu avô morrer, quando o Oziel ainda era pequeno, meu avô levou ele lá no alto da estrada e mostrou toda essa terra que faz parte da Terra Indígena Buriti. Ele disse para o meu irmão que ele iria continuar essa luta e que era para seguir até o fim como guerreiro", conta, com os olhos marejados, Elizur, irmão de Oziel.

E a persistência em ocupar boa parte dos 15 mil hectares que compõem a região, que tem mais de 30 propriedades rurais, acompanhou o índio até os últimos suspiros. O irmão lembra das últimas palavras ditas por Oziel para outro guerreiro e o filho mais novo, que na época tinha 14 anos.

CONT.



"O que o filho dele diz é que o pai pediu para que não desistissem, para que o sentimento fosse de resistência e de não parar até conquistar a terra que é nossa", conta Elizur.

A viúva do índio morto, Samir Mamedes Gabriel, 36 anos, prefere o silêncio. Ela e os dois filhos, de 15 e 18 anos, tentam retomar a vida, mas a depressão que atingiu a família depois da morte de Oziel fez com que Samir saísse do emprego. Agora a única renda vem do salário mínimo que o indígena recebia da Prefeitura de Sidrolândia, onde trabalhava, e que agora é pago à viúva.

Em todas as casas da família de Oziel, um cartaz com a foto do índio e a frase "Oziel Vive" deixa claro que por ali ninguém vai esquecer daquele que morreu durante confronto. Ao lado de uma das fotos, um item é considerado relíquia e será guardado pela família: o arco e as duas flechas que o indígena carregava durante o conflito. "Ele não lançou nenhuma flecha e morreu por uma bala letal", desabafa o pai, Evilásio.

Bala e dor – Além daquela que matou Oziel, outra bala de arma de fogo é motivo de dor para uma família. Joziel Gabriel, 34 anos, foi baleado na Fazenda São Sebastião, também na região, no dia 4 de junho do ano passado.

Até agora o responsável pelo tiro não foi encontrado, mas testemunhas contaram que um homem em uma caminhonete atirou contra Joziel. Paraplégico, o indígena chegou a passar por tratamento no Hospital Sarah Kubitschek, em Brasília, hoje ele vive com a família na aldeia Córrego do Meio e precisa de toda a atenção do pai Antônio Saturnino, 61 anos.

Quando a reportagem esteve na casa da família, Joziel passava por consulta médica em Dois Irmãos do Buriti. O pai do indígena conta que o filho sofre com a falta de fisioterapia e o estado de saúde só vem piorando nos últimos meses.

"Ele sente muitas dores nos braços e está sem fisioterapia. Duas vezes marcaram em Campo Grande, mas falaram que estava lotado e ele está sem tratamento. É um sofrimento muito grande para a gente porque ele precisa de ajuda até para ir no banheiro", diz o pai Antônio.

A esperança da família é que a morte de Oziel e a cadeira de rodas de Joziel não tenham surgido em vão. "Nós só queremos o que é nosso, a luta existe há muito tempo, desde 1930 nossos parentes dizem que esperam respostas, mas o Governo não olha para gente. Tenho certeza que nunca vamos desistir, vamos para a luta", completa.

Inquérito – A investigação da Polícia Federal que apurava a morte de Oziel foi concluída no dia 5 de dezembro do ano passado. Foram colhidos mais de 70 depoimentos, entre indígenas, policiais federais e militares, Tropa de Choque da PM e jornalistas, além de anexados laudos técnicos periciais.

Com 2,1 mil páginas, o inquérito não aponta quem disparou contra Oziel. Tudo porque o projétil que matou o índio não foi encontrado.

Fonte: Campo Grande News



Situação dos jovens e adolescentes índios da Amazônia Legal será debatida na CDH
SÍTIO ACHIXCLIP, 30.05.2014

O Conselho Indigenista Missionário (Cimi) divulgou em junho do ano passado que a violência contra as comunidades indígenas cresceu 237% entre 2011 e 2012. Entre os casos, estão ameaças de morte, homicídios, tentativas de assassinato, racismo, lesões corporal e violência sexual.

A Comissão Pastoral da Terra, por sua vez, informou em abril deste ano que ao mesmo tempo em que caem os assassinatos no campo, aumenta a violência contra os índios. Segundo a CPT, dos 1.266 conflitos catalogados em 2013, 205 (16,2%) estavam relacionados a povos indígenas. Em 2012, esse percentual ficou em 12,6%.

A violência contra os adolescentes e jovens índios que vivem nos estados da Amazônia Legal é um dos temas a ser discutidos na audiência pública que a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) promove nesta terça-feira (03), às 14h.

Foram convidados para o debate o representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância no Brasil – Unicef, Gary Stahl e Alana Keline Manchineri, que integra a Comissão Nacional de Juventude Indígena – CNJI. Ainda durante a audiência pública haverá a apresentação de fotos do Projeto Jovens Comunicadores Indígenas.

O Unicef aponta a importância de ações governamentais ou da sociedade em benefício dos jovens indígenas. De acordo com a representante adjunta do Programa Cidadania dos Adolescentes do Unicef no Brasil, Antonella Scolamiero, trata-se de grupo com alta taxa de suicídio, por causa do preconceito a que são submetidos e pela falta de oportunidades.



Agricultores pedem mais tempo para discutir proposta de redução de terras demarcadas no Norte gaúcho

SÍTIO RÁDIO GUAÍBA, 30.05.2014

Produtores familiares acreditam que acordo sobre demarcação de área em Sananduva poderá resultar em continuidade da disputa territorial

A Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região Sul (Fetraf-Sul) vai solicitar ao Ministério da Justiça mais duas semanas para discutir a proposta de diminuição dos limites da demarcação de terras em duas áreas na região Norte do Estado. O impasse é maior em Sananduva onde o Ministério sugeriu que dos 1,9 mil hectares reivindicados para demarcação, 250 hectares sejam destinados para os povos indígenas.

Assim, pelo menos temporariamente, os produtores rurais poderiam permanecer na região. Os agricultores acreditam que o problema judicial em relação à área vai continuar segundo o coordenador da Fetraf-Sul e presidente do Sindicato dos Agricultores de Sananduva, Sidimar Lavandoski. "Os índios estão invadindo as terras, por isso, essa é apenas uma solução para o conflito imediato. Porém, a discussão sobre o fato de terem sido deles ou não, vai continuar", sustenta.

O governo federal ainda propôs a redução da área demarcada em Mato Preto, entre os municípios de Erechim, Erebangó e Getúlio Vargas. A terra de 4,2 mil hectares foi declarada reserva indígena. Na semana passada, o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, propôs a redução para 657 hectares. Nesse caso, os agricultores estão mais próximos de chegar a um consenso.

Em relação à Faxinalzinho, onde dois agricultores foram mortos a tiros no mês passado, ainda não há proposta para solucionar o conflito.



Novo Gavião? Time indígena chega a Santarém e sonha com Parazão

SÍTIO G1, 30.05.2014

Waiwai Esporte Clube enfrenta Corinthians do Tabocal em amistoso no próximo sábado. Clube usa uniforme com cores azul e amarelo e representa Aldeia Mapuera

A delegação do Waiwai Esporte Clube chegou à cidade de Santarém, oeste do Pará, na manhã desta sexta-feira (30). O time indígena foi convidado para jogar um amistoso contra o Corinthians do Tabocal, atual campeão da Copa dos Campeões de futebol amador. O clube é da Aldeia Mapuera, localizada no município de Oriximiná, próximo à fronteira do Brasil com a Guiana. Para realizar a partida, o grupo fez uma longa viagem de barco, que durou 16 horas.

A etnia dos Waiwai identifica povos que vivem espalhados pela região próxima às Guianas. São 18 aldeias espalhadas pelo estado do Pará que falam o idioma com o mesmo nome.

O Waiwai Esporte Clube inicia uma jornada ousada rumo à profissionalização. O time, que usa um uniforme com as cores azul e amarelo, sempre disputa competições entre as comunidades indígenas. Em um desses eventos, os professores do núcleo de educação da aldeia observaram a capacidade de ir mais longe. Pedro Waiwai, um dos diretores da equipe, ressalta que este será um fato importante na história deles.

- Sempre temos jogos entre as comunidades indígenas e decidimos que a seleção da nossa Aldeia tinha condições de ir adiante, jogar em Santarém e nas competições estaduais. Estamos criando o clube e se tudo estiver pronto a tempo, vamos mirar o campeonato profissional.

Juntamente com as lideranças locais, os professores fundaram o clube, que já tem estatuto aprovado. Coube a Edilberto Paumgartten ser presidente e treinador nesta primeira etapa. Seguindo o exemplo dos Kyikatejês - que jogaram a primeira divisão do estadual em 2014 - o Waiwai quer representar a região oeste do Pará na competição e pretende conquistar uma vaga na segunda divisão do Parazão em 2015. Além do surgimento de novos talentos para o esporte, a ideia é utilizar o futebol como instrumento de valorização cultural da etnia. Jogadores fazem reconhecimento do estádio Colosso do Tapajós na tarde desta sexta

- O objetivo é seguir o exemplo do Gavião. Temos muitos jogadores com qualidade que merecem uma oportunidade de lutar por uma vaga no Campeonato Paraense. Nesta busca, acreditamos ter dado o primeiro passo, conseguindo jogos em Santarém e Mojuí dos Campos. Vamos mostrar como o futebol tem profunda ligação com os povos indígenas, além de chamar a atenção de todos para etnia Waiwai- afirma Edilberto Paumgartten, presidente do clube.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

Para muitos, a viagem a Santarém é uma experiência única. É o caso de Wilson Waiwai. Ele é atacante da equipe e sonha em ser jogador de futebol. O jogador ainda não fala bem o português, mas afirmou em entrevista ao GloboEsporte.com que é possível vencer, não só o amistoso, mas os preconceitos ainda tidos com o povo indígena no Brasil.

- Estamos muito felizes em jogar em Santarém e poder mostrar o esporte e a cultura Waiwai para outras cidades. Queremos realizar também nosso sonho, assim como muitos brasileiros, de sermos jogadores de futebol.

A partida entre Corinthians do Tabocal e o Waiwai Esporte Clube está marcada para o sábado (31), às 16h, no estádio Colosso do Tapajós. A entrada para o amistoso será um quilo de alimento não perecível.



Mais Médicos leva profissionais para terras indígenas Expansão

SÍTIO CM CONSULTORIA NEWS, 30.05.2014

Com médicos em tempo integral, 640 mil indígenas habitantes de aldeias em áreas demarcadas recebem cuidados de Atenção Básica

Os estados de Sergipe (SE) e Alagoas (AL) formam um único Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI) que atende a uma população de 13.098 indígenas situados em 29 aldeias espalhadas em dez municípios (nove em Alagoas e um em Sergipe). A chegada de sete profissionais do programa Mais Médicos nesse DSEI permitiu a permanência de médicos nos postos de saúde de segunda a sexta e em tempo integral. Até agora, o programa Mais Médicos já levou 305 profissionais para 34 DSEIs em todo o País.

Ao todo, o DSEI de Alagoas/Sergipe possui 12 Polos-Base de Saúde que atendem a região e oferecem o serviço de Atenção Básica às comunidades indígenas. "A gente tinha dificuldade com os horários dos médicos, era um problema sério. Não tinha médico para trabalhar 40 horas por semana. Agora com o Mais Médicos nós temos", revela a coordenadora do DSEI Alagoas/Sergipe, Genilda Leão da Silva.

Um dos médicos que chegou ao distrito indígena foi o cubano Ricardo Marsan Perez, que atende as etnias Karuazul e Katokinn no município de Pariconha, em Alagoas. "Nós trabalhamos com demanda agendada. Tem um horário para as crianças, outro para as gestantes, outro para os idosos e também reservamos um espaço para as emergências que chegam durante o dia", explica o médico Ricardo.

Ele também participa de visitas domiciliares nas aldeias e das campanhas vacinais.

Técnica de enfermagem e liderança indígena da etnia Karuazul, Lindaci Lindaura, de 43 anos, reforça que a chegada do Dr. Ricardo melhorou o atendimento no posto de saúde. "Ele atende todo mundo muito bem, é educado. Estão todos felizes", ressalta Lindaci. Para ela, o problema também era a falta de médicos que trabalhassem 40 horas semanais. "Tínhamos dificuldades por isso. Quando não tinha médico no posto, tínhamos que mandar o paciente para Delmiro Gouveia (AL)", relata Lindaci, citando o município vizinho.

A outra etnia atendida pelo Dr. Ricardo é a Katokinn, também no município de Pariconha (AL). A cacique da aldeia, Maria das Graças, de 53 anos - que também é conselheira distrital de saúde - reforça a dificuldade das aldeias em ter um médico com dedicação exclusiva. "Não tinha médico suficiente para suprir as carências dos povos. A gente chegou a passar até seis meses sem médico em alguns Polos de Saúde", comenta a cacique, ressaltando que, dependendo da distância da aldeia, a situação era ainda mais difícil.

Saúde Indígena

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

Em todo o Brasil, cerca de 640 mil indígenas habitantes de aldeias em terras demarcadas recebem os cuidados da Atenção Básica do Ministério da Saúde por meio da Secretaria Especial da Saúde Indígena (SESAI). Mais de 15 mil profissionais compõem as equipes multidisciplinares de saúde indígena que visitam periodicamente aldeias em todo o País.

Blog da Saúde

Fonte: Portal Brasil



Atos na Capital e em Sidrolândia marcam 1 ano da morte de terena

SÍTIO REGIÃO NEWS, 30.05.2014

Na Capital, o movimento foi batizado como "Ato contra a impunidade e pela demarcação de terras indígenas".

Nesta sexta-feira (30), a morte do terena Oziel Gabriel, 35 anos, completa um ano e manifestações em Campo Grande e em Sidrolândia marcam a data com a presença de parentes, indígenas e simpatizantes da causa. Na sede da fazenda Buriti, hoje ocupada por 38 famílias indígenas, são esperados mais de 5 mil indígenas de aldeias da região.

Na Capital, o movimento foi batizado como "Ato contra a impunidade e pela demarcação de terras indígenas". A concentração está marcada para o meio-dia na Praça do Rádio Clube e o grupo pretende fazer uma marcha até a Praça Ary Coelho, onde haverá fala de lideranças por volta das 15 horas.

De Sidrolândia, distante 70 quilômetros de Campo Grande, três ônibus sairão lotados de indígenas que vivem nas aldeias Buriti, Água Azul e Córrego do Meio, essa última onde vivia Oziel.

Na Terra Indígena Buriti, a preparação para o evento que pretende discutir a situação da região e homenagear a família de Oziel já começou. A sede da fazenda ocupada desde o dia 15 de maio do ano passado começou a ser limpa nesta quinta-feira (29).

São esperados mais de 5 mil indígenas no espaço além de representantes do MPF (Ministério Público Federal). O líder indígena das famílias que vivem na área ocupada, Paulo dos Santos Fernandes, 23 anos, explica que o cronograma do evento foi debatido entre os indígenas.

"Nós resolvemos fazer esse ano para que a morte dele não seja esquecida. Nós convidamos o pessoal do MPF e toda nossa comunidade estará aqui. Já avisamos irmãos de outras aldeias de cidades vizinhas e esperamos que todos venham", diz.

Confronto e morte – Oziel foi baleado no dia 30 de maio do ano passado durante desocupação feita pela Polícia Federal. Os agentes cumpriam ação de reintegração de posse, expedida pela Justiça depois que a ocupação completou 15 dias.

O indígena foi socorrido até o hospital de Sidrolândia, mas morreu minutos depois de dar entrada na unidade. Inquérito da Polícia Federal que apurou a morte do índio teve 2,1 mil páginas, foi encerrado no fim do ano passado e não apontou culpados. Tudo porque a bala que matou Oziel nunca foi encontrada.

Antropólogo faz balanço da situação da política indigenista do Brasil nos dias atuais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 30.05.2014



Beth Begonha – EBC Rádios

O entrevistado do programa Amazônia Brasileira dessa quinta-feira (29) foi o antropólogo Mércio Gomes, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que fala sobre a situação da política indigenista no Brasil. Ele comenta como está a situação dos órgãos vinculados à proteção dos direitos indígenas, como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), e questiona o fato de até o momento o órgão não ter nomeado ninguém para a presidência, que desde de junho do ano passado é ocupada de forma interina por Maria Augusta Assirati.

O antropólogo faz um balanço de como o Estado está formulando e executando as políticas indigenistas no país atualmente e como os indígenas podem participar mais objetivamente da democracia e dos processos decisórios de temas que os afetam direta e indiretamente no Brasil. Para Mércio Gomes, a retirada dos postos da Funai de áreas próximas às aldeias tem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 95 / 2014

Brasília, 30 de maio de 2014.

feito com que os índios acabem migrando para as cidades, o que, segundo ele, resulta muitas vezes em perda de identidade cultural. Para o antropólogo, há ainda um grande desconhecimento sobre o que é ser índio e sobre a importância da garantia de sua cultura para sua sobrevivência.

O programa Amazônia Brasileira vai ao ar de segunda a sexta-feira, a partir das 8h, na Rádio Nacional da Amazônia, em rede com a Rádio Nacional do Alto Solimões, onde é transmitido ao vivo às 05h. A apresentação é de Beth Begonha.

categorias



Patrulha mecanizada para Reserva Indígena é anunciada por Geraldo Resende
SÍTIO AGORA NEWS, 30.05.2014

Geraldo Resende se encontra com Indígenas

Assessoria
Agoranews

A Reserva Indígena de Dourados vai receber uma patrulha mecanizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento até o próximo dia 30 de junho. O anúncio foi feito pelo deputado Federal Geraldo Resende (PMDB) que fez as intervenções necessárias junto ao ministro Antônio Andrade, para garantir os investimentos, atendendo solicitação da Câmara de Vereadores e da Coordenadoria de Assuntos Indígenas da Prefeitura de Dourados, por meio do vereador Aguilera de Souza.

O empenho para a compra dos maquinários, no valor de R\$ 487 mil foi feito em dezembro do ano passado e a liberação ocorre nessa semana. "Agora, esperamos que o Município proceda à licitação para a compra desse maquinário o mais breve possível, para que possamos entregá-lo à comunidade indígena até o dia 30 de junho, que é a data máxima permitida pela legislação, antes das eleições deste ano", salienta Geraldo Resende.

De acordo com Geraldo Resende, a patrulha mecanizada será composta dos seguintes equipamentos: uma plantadeira de mandioca, um veículo furgão, uma escavadeira hidráulica, uma grade aradora, uma roçadeira e um trator traçado. Estes maquinários serão destinados para mil famílias da Agricultura Familiar da Reserva de Dourados. O objetivo é ajudar no preparo da terra das famílias indígenas que estão plantando, mandioca, milho e outras culturas de subsistência. "É uma forma de fomentar o desenvolvimento das lavouras e melhorar as condições de transporte através da manutenção das estradas", destaca o vereador Aguilera de Souza.

Para Geraldo Resende (PMDB), a patrulha mecanizada é um suporte a mais de infraestrutura para auxiliar a comunidade na produção do próprio alimento. "Vemos hoje milhares de famílias dependendo de cestas básicas do poder público. Muitas delas acabam antes do final do mês, o que prejudica em muito a saúde, principalmente das crianças, que no passado já registraram casos gravíssimos de desnutrição. Com a produção do próprio alimento, estas famílias terão condições de melhorar a cesta básica e num futuro próximo não precisar mais dessa ajuda para viver com qualidade. Esta iniciativa é muito mais do que dar o peixe, é ensinar a pescar", destaca.

Segundo Geraldo o Programa Aldeia Produtiva, no qual a patrulha será destinada, tem como principal objetivo, inserir as aldeias indígenas no sistema produtivo de forma a garantir a subsistência dos que nelas vivem por meio da produção e comercialização de produtos

CONT.



oriundos da terra. O programa cria condições para que as famílias indígenas produzam alimentos que serão utilizados tanto para subsistência, como para geração de renda com a comercialização do excedente.

Geraldo destacou a luta do vereador Aguilera e dos membros da Coordenadoria de Assuntos Indígenas da Prefeitura de Dourados, entre eles os indígenas Vilmar Martins Machado, Josias Aedo Marques, Leomar M. Silva, Lucas Paiva Flores, Wilson Matos da Silva, Ricardo M. Machado, Sílvio de Leão, Cajetano Verá, Galdêncio Benites, Deniz Silva Figueiredo, Gerson de Souza e Carolina Resende.

O deputado afirma que a luta pela conquista da patrulha mecanizada para a Reserva Indígena de Dourados é mais uma demonstração do compromisso de seu mandato para com as causas indígenas. "Já demonstramos isso, com a viabilização da Vila Olímpica Indígena, da reconstrução da Escola Guateka e agora com a implantação da quadra de esportes e ampliação da mesma escola, com implantação de salas para cursos profissionalizantes. São ações que buscam criar alternativas ao alcoolismo, ao uso de drogas e à prostituição, que, infelizmente, têm índices elevados nas aldeias de nossa cidade".



Reunião de índios com ministro da Justiça fracassa em Brasília

SÍTIO IHU, 30.05.2014

Após 2h20 de reunião no Ministério da Justiça, acabou sem definição o encontro que reuniu o ministro José Eduardo Cardozo e líderes indígenas. Na pauta de reivindicações, havia questões polêmicas como a demarcação de terras, que permanecem sem resposta conclusiva. Além de Cardozo, o encontro teve a presença da presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Maria Augusta Boulitreau Assirati.

A reportagem é de Jorge Macedo, publicada pelo jornal O Estado de S. Paulo, 30-05-2014.

Durante a audiência, um grupo de cinco indígenas se acorrentou no mastro que sustenta a Bandeira Nacional. Na saída, o cacique Uilton Tuxá (BA) afirmou que participou da pior reunião em 16 anos de luta. "Nunca imaginei que o governo do PT, que prega a democracia, agiria com tanta arbitrariedade. Foi decepcionante, o ministro disse que não assinará nada e insistirá na tentativa de construir mesas de diálogo", desabafou.

O Ministério da Justiça afirmou, por meio de nota, que, após a reunião com lideranças indígenas, o ministro José Eduardo Cardozo garantiu que a pasta está empenhada em encontrar soluções para as questões apresentadas - por meio da mediação.

Revoltado com o resultado da reunião, Kretan Kaingang, um dos cinco acorrentados ao mastro da Bandeira, disparou contra o ministro. "Ele (Cardozo) é um mentiroso, não vamos aceitar quietos que retirem nossos direitos e passem por cima de nós. A partir de agora, vai haver guerra civil no País."

Para simbolizar a indignação dos índios, um deles subiu no mastro e pintou a Bandeira do Brasil com urucum, corante vermelho utilizado no corpo durante os rituais. "Isso aqui representa nosso sangue", gritou um índio no meio da multidão.

Concentrados em Brasília desde segunda-feira para a Mobilização Nacional Indígena, cerca de 350 índios foram para a Esplanada dos Ministérios protestar na frente do prédio do ministério. O grupo fechou os quatro acessos ao Palácio da Justiça logo pela manhã e exigiu uma audiência com Cardozo para debater a situação dos índios no País. Alguns mais exaltados tentaram invadir o prédio e bloquearam três das seis faixas do Eixo Monumental.

Arco e flecha

Segundo relatos de funcionários do próprio palácio, os índios apontaram arcos e flechas para os policiais que tentaram impedir a entrada do grupo. Logo após forçarem a entrada, sem sucesso, os manifestantes se espalharam em volta do ministério e estenderam faixas e cartazes falando de uma série de terras que precisariam de demarcação. Insatisfeitos com a postura de Cardozo, os presentes afirmaram que só deixariam o local quando fossem recebidos

CONT.



pelo ministro.

Depois de negociações, o ministério concordou em receber os líderes do movimento. Agendado para as 15 horas, o encontro iniciou-se com duas horas de atraso, momento em que Cardozo chegou ao auditório do Ministério da Justiça. Antes do início do encontro, o grupo de cinco índios se acorrentou ao mastro da Bandeira Nacional como forma de protesto, após o ministro querer reduzir de 20 para 12 o número de presentes na reunião.

Entre as propostas apresentadas, os indígenas exigiram a imediata publicação de todas as portarias declaratórias e decretos de homologação relacionados à demarcação de terras, que estariam parados sem razão. Além disso, pediram o fim da criminalização das lideranças e punição aos assassinos de índios e parlamentares que incitam o ódio.